# Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. ESCELSA

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

No ano de 2012, a EDP Escelsa prosseguiu com a sua atuação sustentável junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, com foco na qualidade e na obtenção de resultados.

Apesar da economia mundial e do país apresentarem baixo crescimento e terem significativa repercussão na economia do Estado do Espírito Santo, devido ao peso do comércio exterior ser acima da média brasileira a energia elétrica distribuída, na área de concessão da EDP Escelsa, teve um crescimento de 3,2% quando comparado ao ano anterior. As classes de consumo residencial, comercial e rural apresentaram elevado crescimento de 5,1%, 8,8% e 7%, respectivamente, enquanto a classe industrial apresentou crescimento de apenas 1,5%. No período, a base de clientes foi incrementada em 3,6%, cerca de 46 mil novos clientes, em sua grande maioria nos setores residencial e rural.

**Reajuste Tarifário e Resultados financeiros**

O reajuste tarifário da EDP Escelsa, aprovado para o período de 07 de agosto de 2012 a 06 de agosto de 2013 foi de 14,29%, resultando em um efeito médio percebido pelos clientes de 11,33%.

A receita operacional líquida atingiu, em 2012, o valor de R$ 1.904,7 milhões, 15,6% superior ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA do ano foi de R$ 347,6 milhões e o lucro líquido R$ 157,0 milhões, impactados, principalmente, pela elevação dos preços com aquisição de energia, que ficou acima do reconhecido na tarifa, pelo aumento do volume de geração termoelétrica, em face do baixo nível de água dos reservatórios em todas as regiões do país e impacto positivo de R$ 77,9 milhões pelo Valor novo de Reposição de Ativos de distribuição conforme definido na Medida Provisória nº 579, os ativos da concessão passam a ser indenizados considerando o Valor Novo de Reposição - VNR, o mesmo utilizado nos processos de Revisão Tarifária das Concessões de Distribuição de Energia para a definição da Base de Remuneração Regulatória.

**Investimentos e Otimização de Processos**

Nos últimos cinco anos, a EDP Escelsa fez investimentos de aproximadamente R$ 870 milhões, que contemplam obras estruturantes para o reforço do sistema elétrico, nomeadamente através da construção de 15 novas subestações e da ampliação de outras 33, que permitiram expandir em 12% a capacidade instalada. Vale ressaltar o incremento e modernização dos canais de atendimento, como a melhoria da agência virtual que disponibiliza serviços online aos clientes e o atendimento presencial em todas as cidades da área de concessão.

Aplicando ferramentas de eficiência operacional, a EDP Escelsa reduziu, em cerca de 14% face a 2011, a quantidade de deslocamentos improcedentes das equipes de plantão. O projeto *Lean*, já implantado com sucesso nos centros de manutenção, traduziu o comprometimento da Empresa com a melhoria nos processos, resultando em maior eficiência operacional e melhor utilização de recursos. Este esforço de otimização estendeu-se também ao ciclo comercial, com efeitos na redução das reclamações em cerca de 37% face ao ano anterior. Como destaque, em 2012, três instalações foram certificadas com a ISO 14.001 e outros três processos mantiveram a certificação pela ISO 9001:2008.

**Indicadores operacionais**

Os indicadores técnicos que medem a continuidade do fornecimento de energia, DEC (Duração Equivalente de Interrupção) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção), apresentaram índices melhores que os padrões estabelecidos pela ANEEL, com 9,88 horas e 6,37 vezes, respectivamente, resultado de investimentos na expansão e modernização das redes de distribuição e do plano de manutenção. Como consequência da elevação do nível de automação da rede de distribuição, verificou-se o aumento do número de clientes abrangidos por transferência automática de cargas. Atualmente, mais de 34% dos clientes da Empresa estão abrangidos pela transferência automática de cargas (em 2009 eram menos de 6%). A EDP Escelsa é uma das empresas do setor que possui maior avanço nesta área.

As perdas totais em 2012 fecharam em 13,68%, acima em 0,89 p.p. em relação a 2011. A elevação das perdas foi influenciada, principalmente, pelo atraso na conclusão de duas importantes obras na Rede Básica, as altas temperaturas e baixo nível de pluviosidade registradas em dezembro que elevaram fortemente a carga.

**Investimentos em inovação e eficiência energética**

A EDP Escelsa destaca-se na área de Inovação, por ter 100% de seus clientes AT e MT telemedidos e monitorados por um moderno Centro Integrado de Medição. O programa de telemedição teve continuidade em 2012 e elevou para cerca de 6% o número dos clientes BT já atendidos com telemedição.

Destaca-se também o sistema Climagrid, que permite à EDP Escelsa incorporar à operação o acompanhamento das condições climáticas (tempestades, descargas elétricas, etc.) em tempo real.

Com o foco na segurança, conforto e qualidade de vida dos clientes, a EDP Escelsa deu continuidade aos projetos no âmbito do Programa de Eficiência Energética. Destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades carentes. O projeto atendeu, no ano de 2012, mais de 26 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações na educação e orientação ao uso racional e consumo consciente e seguro de energia elétrica.

**Reconhecimentos e agradecimentos**

Com objetivo de medir a qualidade percebida pelos clientes com relação ao fornecimento de energia elétrica e à eficácia dos serviços oferecidos, a EDP Escelsa participa anualmente da pesquisa conduzida pela Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Em 2012 atingiu um índice de Satisfação com a Qualidade Percebida de 83,3%, acima em 5,1 p.p. em relação a 2011. Pela quarta vez consecutiva, a distribuidora recebeu distinção no Prêmio de Qualidade do Estado do Espírito Santo, que avalia as práticas de gestão empresarial. A EDP Escelsa se destacou com a maior pontuação registrada em todas as edições do prêmio e recebeu seu quarto troféu ouro.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo. Em 2013 manteremos a política de segurança e qualidade dos serviços prestados, acompanhada de rigorosa gestão financeira e continuaremos empenhados profundamente na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

**Ana Maria Machado Fernandes**
Presidente do Conselho de Administração

### 2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Para os capixabas 2012 foi um ano de grandes desafios. Do ponto de vista político, o estado enfrentou a batalha pelos royalties do petróleo e terá de adaptar-se a unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as importações, ambos significam perdas de receita. Sob a ótica econômica, o Espírito Santo, que é caracterizado por ter uma economia fortemente voltada para o comércio internacional, foi um dos mais afetados pela redução da demanda global por commodities consequência da crise econômica mundial.

Segundo o MDIC (dados preliminares), a balança comercial do Espírito Santo fechou o ano com o saldo de 3,5 bilhões, em relação a 2011, tendo verificado reduções em torno de 19% tanto nas exportações quanto nas importações nessa base de comparação.

Notadamente, a indústria foi um dos setores mais afetados pela desaceleração da economia em 2012. De acordo com o IBGE, no ano 2012 frente a 2011, a produção física industrial recuou 6,3% pressionada, sobretudo pela queda de 39,5% verificada no setor de metalurgia básica (menor fabricação de lingotes, blocos, tarugos ou placas de aços ao carbono) e pela redução de 1,6% no setor extrativo, influenciado em grande parte pelo recuo nos itens gás natural e minérios de ferro.

O contraponto, no ano, foi dado pelo setor de comércio cujo volume de vendas do comércio varejista (de acordo com o IBGE) cresceu 10,4%, no acumulado até nov/12 em relação ao mesmo período do ano passado. Desempenho refletido no mercado de trabalho, que no ano (dados do CAGED), teve criados cerca de 25 mil postos de trabalho formais, sendo que as maiores contratações foram verificadas no setor de Serviços (+11.055) e Comércio (+8.459).

### 3. A EDP ESCELSA E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A EDP Escelsa, empresa de capital aberto, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo e controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de abril de 2005. A EDP Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km2, aproximadamente 90% do Estado e a 94% da população total, o que corresponde a 3,3 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

### 4. PRINCIPAIS INDICADORES

| Descrição | unidade | dez/12 | Saldos dez/11 | Variação % |
|---|---|---|---|---|
| **Financeiros** | | | | |
| Ativo Total | R$ mil | 2.461.523 | 2.209.340 | 11,4 |
| Patrimônio Líquido | R$ mil | 631.121 | 708.780 | (11,0) |
| Dívida Líquida (1) | R$ mil | 637.329 | 597.718 | 6,6 |
| Dívida Líquida/ Patrimônio Líquido | vezes | 1,01 | 0,84 | 20,2 |
| Dívida Bruta/EBITDA (12 meses) | vezes | 2,08 | 2,57 | (19,1) |

| Descrição | unidade | janeiro - dezembro 2012 | 2011 | Variação % |
|---|---|---|---|---|
| **Resultados** | | | | |
| Receita Líquida | R$ mil | 1.904.705 | 1.647.749 | 15,6 |
| Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis | R$ mil | 1.655.229 | 1.470.753 | 12,5 |
| Resultado do Serviço (EBIT) | R$ mil | 249.476 | 176.996 | 41,0 |
| EBITDA (2) | R$ mil | 347.607 | 273.542 | 27,1 |
| Resultado Financeiro | R$ mil | (37.477) | (42.860) | (12,6) |
| Resultado antes de Impostos | R$ mil | 211.999 | 134.136 | 58,0 |
| Lucro Líquido | R$ mil | 156.952 | 103.976 | 51,0 |
| **Margens** | | | | |
| Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida) | % | 19,7% | 18,0% | 1,6 p.p. |
| Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida) | % | 8,2% | 6,3% | 1,9 p.p. |
| **Operacionais** | | | | |
| Investimentos Líquidos (3) | R$ mil | 141.633 | 138.781 | 2,1 |
| Número de Clientes Finais | mil | 1.332.481 | 1.286.361 | 3,6 |
| Número de Colaboradores (4) | Unidade | 959 | 988 | (2,9) |
| Produtividade (MWh distribuído/empregado) (5) | MWh | 10.822 | 10.159 | 6,5 |
| Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC | horas | 9,88 | 10,48 | (5,7) |
| Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC | vezes | 6,37 | 6,38 | (0,2) |

(1) Dívida Líquida = Dívida bruta - Caixa e equivalentes de caixa
(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização
(3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais e Receitas de Ultrapassagem e Excedente de Reativo
(4) Considera quantidade de colaboradores + Conselho de Administração
(5) Considera a média de colaboradores no período

### 5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

#### ALTERAÇÕES REGULATÓRIAS

O ano de 2012 foi marcado por significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica, entre elas, a Medida Provisória n° 579/2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica. A redução média prevista para todo o Brasil é de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Encargos Setoriais (7%) e Renovação das Concessões (13%).

No que se refere aos Encargos Setoriais, a cobertura tarifária referente às quotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR deixará de ser repassada pelas distribuidoras aos consumidores e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE será inicialmente reduzida em 75% de seu valor atual.

A Medida Provisória nº 579/2012 estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (art. 19 da Lei nº 9.074/1995) e que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderão prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração deverão disponibilizar sua garantia física de energia e de potência para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia.

As concessionárias de geração e transmissão que tiverem seus contratos alcançados pela MP 579/2012 poderão prorrogar suas concessões, e considerando que os ativos vinculados à prestação do serviço de geração e transmissão de energia elétrica estarão totalmente amortizados, terão reconhecidos nas tarifas os custos de operação e manutenção, encargos e tributos.

Estes efeitos serão percebidos pelos consumidores a partir de fevereiro de 2013, quando todas as distribuidoras de energia elétrica passarão por uma revisão tarifária extraordinária - RTE, específica para ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais. Assim, simultaneamente, os custos não gerenciáveis serão reduzidos e as tarifas de fornecimento também, não havendo impactos na margem das distribuidoras.

As concessões de geração hidroelétrica detidas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil - por terem sido outorgadas após fevereiro de 1995, data de entrada em vigor da Lei 8.987 - não são atingidas pelas mudanças regulatórias em pauta. Entretanto, estas mudanças com certeza influenciarão as regras que serão aplicadas às prorrogações destas concessões no futuro, conforme as condições estabelecidas agora:

- Remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidroelétrica.
- Venda da energia das usinas (certificado chamado de Garantia Física) através de quotas destinadas exclusivamente ao Ambiente Regulado, ou seja, às distribuidoras.
- Submissão aos padrões de qualidade do serviço fixado pela ANEEL.

#### REVISÕES TARIFÁRIAS

A metodologia para a realização do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária (2CRTP) foi publicada após a data de revisão tarifária de algumas distribuidoras. Desta forma, a Diretoria da ANEEL, decidiu que as empresas com revisão tarifária entre 2011 e fevereiro de 2012, tivessem as suas tarifas prorrogadas até a data do próximo reajuste tarifário, todavia com efeitos retroativos à data originalmente definida. A EDP Escelsa terá a sua sexta revisão tarifária com a nova metodologia, em agosto de 2013.

#### REAJUSTE TARIFÁRIO

O reajuste tarifário anual[1] médio concedido à concessionária foi de 14,29%, reposicionando as tarifas para o período de 07 de agosto de 2012 a 06 de agosto de 2013. Deste percentual, 6,78% referem-se ao reajuste econômico e 7,51% referem-se a componentes financeiros.

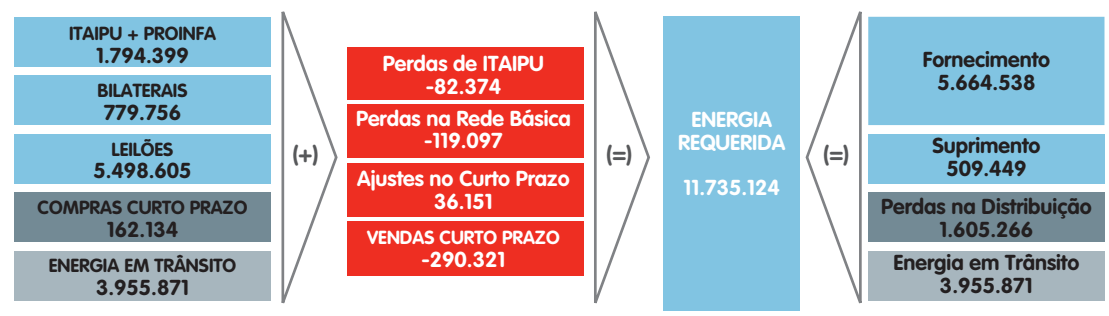
O efeito médio percebido pelos consumidores cativos da EDP Escelsa foi de 11,33%, considerando os ajustes financeiros referentes a períodos anteriores.

[1]Resolução Homologatória ANEEL nº 1.326 de 31/07/2012

### 6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

**6.1 Balanço Energético - MWh**

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo.




**6.2 Compra de Energia**

A compra de energia em 2012 foi de 8.234,9 GWh, superior em 2,9% à de 2011. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do PROINFA representam 21,8%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 66,8%, os Contratos Bilaterais 9,5% e o Curto Prazo 2,0%.

**6.3 Energia Distribuída**

A EDP Escelsa faturou 6.174,0 GWh para os clientes cativos, suprimento e consumo próprio no período findo em 31 de dezembro de 2012, representando um crescimento de 6,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 3.955,9 GWh no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, apresentando uma redução de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia distribuída pela EDP Escelsa apresentou um crescimento no volume em relação ao ano anterior de 3,2%, totalizando 10.129,9 GWh, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012.



continua

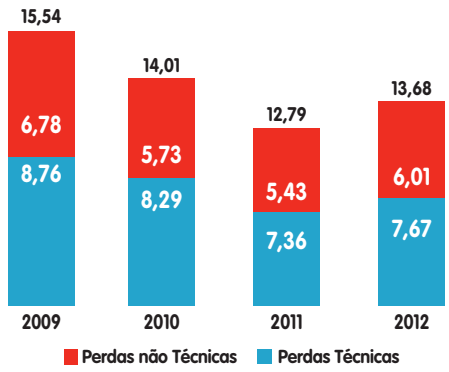
## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

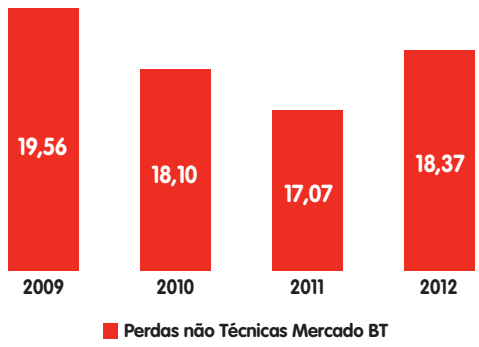
| Receita Operacional Líquida | janeiro - dezembro Consumidores 2012 | Consumidores 2011 | MWh 2012 | MWh 2011 | R$ Mil 2012 | R$ Mil 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Fornecimento** | | | | | | |
| Residencial | 1.035.279 | 996.704 | 1.962.700 | 1.866.962 | 731.579 | 635.202 |
| Industrial | 11.499 | 11.429 | 1.111.320 | 1.095.160 | 328.034 | 295.410 |
| Comercial | 113.492 | 111.333 | 1.302.270 | 1.197.163 | 457.177 | 388.262 |
| Rural | 160.592 | 155.484 | 622.968 | 582.139 | 130.855 | 114.206 |
| Outros (1) | 11.379 | 11.194 | 656.683 | 616.251 | 182.812 | 157.627 |
| (–) Transferência para TUSD - clientes cativos | | | | | (1.018.441) | (887.840) |
| Fornecimento não Faturado | | | | | 16.841 | 7.190 |
| Consumo próprio | 172 | 169 | 8.598 | 8.555 | | |
| **Total Fornecimento** | **1.332.413** | **1.286.313** | **5.664.539** | **5.366.230** | **828.857** | **710.057** |
| Suprimento | 1 | 1 | 509.449 | 450.398 | 59.920 | 54.686 |
| **Total Fornecimento e suprimento** | **1.332.414** | **1.286.314** | **6.173.988** | **5.816.628** | **888.777** | **764.743** |
| Disponibilização do sistema de distribuição | 67 | 47 | 3.955.871 | 4.001.396 | 1.302.003 | 1.162.198 |
| **Total Energia Distribuída** | **1.332.481** | **1.286.361** | **10.129.859** | **9.818.024** | **2.190.780** | **1.926.941** |
| Outras receitas operacionais (2) | | | | | 174.365 | 183.668 |
| Energia de curto prazo | | | 290.321 | 528.959 | 56.025 | 16.646 |
| (–) Deduções à receita operacional | | | | | (516.465) | (479.506) |
| **Receita Operacional Líquida** | **1.332.481** | **1.286.361** | **10.420.180** | **10.346.983** | **1.904.705** | **1.647.749** |

(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público
(2) Considera as receitas de construção de R$ 136,9 milhões em 2012 e R$ 129,7 milhões em 2011

### 6.4 Perdas Técnicas e não Técnicas

As perdas totais em 2012 foram de 13,68%, acima em 0,89 p.p. em relação a 2011. As perdas técnicas aumentaram 0,31 p.p, passando de 7,36% para 7,67%. A EDP Escelsa investiu R$ 101,4 milhões na expansão do sistema elétrico para atendimento ao crescimento do mercado, com a ampliação de 7 subestações existentes, totalizando 83,3 MVA de capacidade instalada, 9 novos alimentadores, bem como a instalação de compensação reativa na rede de média tensão. Porém, mesmo com todos os investimentos realizados, houve incremento nas perdas técnicas devido ao atraso na conclusão de duas importantes obras na Rede Básica.
As obras da Rede Básica, que consistem na construção da LT 500 kV Mesquita - Viana e a LT 230 kV Mascarenhas - Linhares, sofreram atraso. As conclusões dos empreendimentos citados promoveriam alivio nas linhas de transmissão da EDP Escelsa. A elevação de temperatura e baixa hidraulicidade também foram fatores que contribuíram para o aumento das perdas técnicas.




### 6.5 Combate às Perdas não Técnicas

O resultado do fechamento das perdas não técnicas da EDP Escelsa foi fortemente influenciado pela elevação da carga no mês de dezembro de 2012. O aumento do consumo causado pelas altas temperaturas fez com que a carga própria de dezembro de 2012 fosse 20,9% maior que a carga de novembro de 2012 e 22,3% maior que a carga própria de dezembro de 2011, influenciando o encerramento de 2012 com perda não técnica de 6,01%, alta de 0,58 pontos percentuais em relação a dezembro de 2011, o qual encerrou com perda não técnica de 5,43%.
Em 2012 o plano de investimento para o programa de perdas não técnicas da EDP Escelsa foi objeto de replanejamento, pois as ações de repressão que no passado surtiram efeito já não apresentam a mesma intensidade na redução das perdas não técnicas e, com o desenvolvimento da matriz de perdas não técnicas da EDP Escelsa, ficou caracterizada que a principal causa das perdas não técnicas são as ligações clandestinas presentes nas áreas de alta complexidade social. Com isso, o foco do novo programa passou a ser em ações que tem como objetivo regularizar as ligações clandestinas, tornando o valor da conta de energia elétrica sustentável do ponto de vista do orçamento familiar.
Desta forma, foi criado o projeto Agentes da Boa Energia, no qual agentes comunitários e técnicos regularizam as unidades consumidoras de forma que os consumidores clandestinos passem a fazer parte da base da EDP Escelsa e os clientes com débitos, ou na iminência de se tornarem inadimplentes, passem a ter os consumos de energia elétrica com valores adequados à capacidade de pagamento.
Visando dar suporte às ações de sustentabilidade no pagamento das contas e no controle das perdas não técnicas nas áreas socialmente complexas, um novo conceito de rede de distribuição de energia foi introduzido. A nova rede elimina os cabos de distribuição da baixa tensão e distribui a energia para as unidades consumidoras através de ramais individuais já medidos por meio de medições instaladas em concentradores, que por sua vez estão ligados diretamente na saída dos transformadores de distribuição. A partir deste novo conceito, qualquer intervenção na rede ou nos ramais poderá ser identificada através de sistema remoto de monitoramento.
Nas ações de fiscalização, foram realizadas 164.913 inspeções e retiradas 120.690 ligações clandestinas da rede de distribuição de baixa tensão.

## 7. ATIVIDADE COMERCIAL

### 7.1 Relacionamento com o Cliente

A EDP Escelsa mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos clientes permitindo maior interação com os mesmos, tais como: Call Center, internet (agência virtual), agências de atendimento presencial e agentes comerciais, bem como atendimento exclusivo para os grandes clientes, clientes corporativos e poderes públicos e com os Órgãos de Defesa do Consumidor. Além desses canais, há uma estrutura de Ouvidoria com Call Center dedicado, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com as Ouvidorias da ANEEL.
Para garantir um atendimento de qualidade, a EDP Escelsa conta com uma moderna Central de Atendimento Telefônico (Call Center), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Essa Central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência, com opção de atendimento humano e eletrônico. Em 2012, foram atendidas 1,7 milhão de ligações por esse canal para se comunicar com a empresa.
Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a EDP Escelsa está presente nos Municípios da sua área de concessão com uma estrutura composta por 70 lojas de atendimento presencial que realizaram 1,2 milhão de atendimentos. Além destas agências, aproveitando a sinergia com a rede de arrecadadores, possui também 108 agentes comerciais distribuídos na área de concessão. Por meio destes canais e da internet, através da agência virtual, foram realizados 1,9 milhão de atendimentos.
Cabe destacar que 2012 houve significativa redução das reclamações comerciais, da ordem de 28%, decorrente do aprimoramento na qualidade da gestão comercial através da aplicação de metodologias de melhoria contínua. Houve também redução de 52% nas notas de Ouvidoria interna e de 6% nas notas de Ouvidoria Aneel.
Para os grandes clientes e clientes corporativos o mercado é segmentado de acordo com seus respectivos perfis, visando atender suas necessidades, facilitando o acesso e contribuindo para uma maior satisfação destes segmentos e maior aproximação institucional. Os órgãos públicos também contam com uma estrutura de atendimento dedicada, com opção de atendimento telefônico, internet (agência virtual) e presencial, tornando mais ágil o processamento das demandas dos poderes públicos. As necessidades desses clientes são identificadas através de visitas periódicas aos órgãos, permitindo ainda a elaboração de projetos em parceria e o desenvolvimento de produtos e serviços específicos destinados a este segmento, contribuindo para um bom relacionamento institucional da concessionária com os órgãos públicos.

### 7.2 Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente - Pesquisa *ABRADEE*

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a Empresa participa da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Innovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes.
Em 2012, a EDP Escelsa atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 83,3%, superior ao obtido em 2011 que foi de 78,2%. Outro indicador avaliado na pesquisa, o ISG - índice de Satisfação Geral foi avaliado em 81,8%, superior ao obtido em 2011 que foi de 79,5%.

## 8. INVESTIMENTOS

Foram realizados a título de investimento em 2012 R$ 141,6 milhões, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados. Os juros capitalizados representam R$ 4,6 milhões do total.

| Investimento - R$ Mil | janeiro - dezembro 2012 | 2011 | Variação R$ Mil |
|---|---|---|---|
| Expansão do Sistema Elétrico | 101.377 | 96.650 | 4.727 |
| Melhoramento da Rede | 34.653 | 33.754 | 899 |
| Telecom., Informática e Outros | 26.927 | 27.301 | (374) |
| **Sub Total (1)** | **162.957** | **157.705** | **5.252** |
| (–) Obrigações Especiais (2) | (21.325) | (18.924) | (2.401) |
| **Investimento Líquido** | **141.633** | **138.781** | **2.852** |

(1) Sub Total = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados
(2) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos

### 8.1 Expansão de Rede

Para atendimento da demanda do mercado, foram investidos R$101,4 milhões na expansão da rede elétrica, ligação de novos clientes e instalação de sistemas de medição. Destacam-se os investimentos para atender as seguintes regiões:
- Na Grande Vitória, ressaltamos a energização de três novos circuitos de 15 kV na SD Itapoã e dois novos circuitos de 15 kV na SD Manguinhos. Destaca-se também o início das obras da subestação de Serra Sede, com previsão de conclusão em 2013;
- Já na Região Sul, evidenciamos a substituição dos transformadores das subestações Vila Rica, Iúna, Venda Nova, Bom Jesus e Afonso Cláudio, além da energização de quatro novos circuitos de 15 kV, para assegurar o atendimento aos mercados dos municípios do sul do Estado do Espírito Santo;
- Na Região Norte, realizamos a substituição dos transformadores das subestações Suíça, Pedro Canário e Ponto Belo, aumentando assim a capacidade de transformação instalada. Destaca-se também o início das obras da subestação de Jurama, com previsão de conclusão em 2013.

As obras visam a atender o crescimento de mercado da região, além de elevar o nível de qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.

### 8.2 Melhoramento de Rede

Os principais investimentos em melhoramento de linhas, subestações e redes de distribuição totalizaram R$34,7 milhões e consistiram na substituição de equipamentos, além do recondutoramento de redes em final de vida útil e reposição de neutro. Foram substituídos trechos de rede nua de média e baixa tensão para rede protegida e isolada, garantindo maior disponibilidade, preservação do meio ambiente e segurança.

### 8.3 Tecnologia de Informação

Foram investidos o total de R$13,8 milhões, sendo que R$2,2 milhões referem-se às aquisições de Hardwares e Softwares, necessários para manter operante e atualizado o parque tecnológico que suporta as aplicações, e que visa à otimização e organização dos processos da empresa, reduzindo riscos de indisponibilidades e falhas por obsolescência, e R$11,6 milhões referentes aos projetos necessários para atender as obrigações Legais e Órgãos Regulatórios. Os principais projetos investidos referem-se a: Atualização de nova versão técnica dos sistemas SAP ISU/CCS (Industry Solution Utilities/Customer Care Service) e SAP CRM (Customer Relationship Management); Adequação do sistema SAP R/3 e do IS-U/CCS para atender a homologação das Resoluções ANEEL 472/2012 de 24 de janeiro de 2012, referente ao novo modelo de subvenção, Resolução ANEEL 479/2012 de 12 de abril de 2012, revisando alguns artigos da Resolução 414 e Resolução ANEEL 464/2012 de 22 de novembro de 2011, referente à estrutura tarifária e tarifa branca e novas bandeiras e à modernização do website com implementação da "Agência Virtual" que integrou os serviços comerciais para atendimento online via internet, aperfeiçoando os processos relacionados ao atendimento de consumidores.

### 8.4 Automação e Telecomunicações Operativas

O investimento em automação teve continuidade no ano de 2012, com adição de 75 novos religadores, totalizando 584 religadores telecomandados e telessupervisionados na rede Média Tensão, elevando para 34% o percentual de clientes da EDP Escelsa beneficiados pela transferência automática de cargas.
Dando continuidade ao processo de Inovação, no ano de 2012 foi implementada uma nova lógica de recomposição automática de carga denominada LIT (Lógica de Isolação de Transformador), que propicia o restabelecimento automático das cargas e clientes desligados, quando de uma ocorrência em uma Subestação. Esta lógica foi implementada em 19 subestações.
Visando inserir a EDP Escelsa no contexto de SmartGrids, no ano de 2012 deu-se início a integração da telemedição de clientes com o Sistema supervisório SCADA. Este projeto pioneiro, que insere a EDP Escelsa em um contexto de inovação a nível nacional, disponibiliza, em tempo real, para o Centro de Operação (COD) os alarmes de falta de tensão nas unidades consumidoras telemedidas, possibilitando maior agilidade na tomada de decisão, como por exemplo, antecipando ações de restabelecimento de energia antes mesmo do cliente ter feito contato com a empresa.

## 9. DESEMPENHO OPERACIONAL

### 9.1 Indicadores de Performance

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacionais. Isso se deve principalmente aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva realizadas nos ativos do sistema de distribuição. Os indicadores DEC e FEC, que se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, sendo em 2012 registradas 9,88 horas e 6,37 interrupções, respectivamente.

| Indicador | Unidade | | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DEC | Horas | Real | 11,55 | 9,16 | 10,48 | 9,88 |
| | | Meta Aneel Regulatória | 11,70 | 11,49 | 11,18 | 10,78 |
| FEC | Vezes | Real | 6,95 | 6,35 | 6,38 | 6,37 |
| | | Meta Aneel Regulatória | 9,69 | 9,12 | 8,98 | 8,51 |

DEC = Duração Equivalente de interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano)
FEC = Frequência Equivalente de interrupções por Cliente (interrupções - média cliente/ano)
Os dados foram alterados em relação a publicação anterior em função de determinação da ANEEL para revisão do critério de aplicação do conceito de dia crítico e reprocessamento dos indicadores da empresa para os anos de 2010 e 2011.

### 9.2 Principais Dados das Instalações Elétricas da EDP Escelsa

| Descrição | 2012 | 2011 | Variação % |
|---|---|---|---|
| **Subestações** | | | |
| **Quantidade** | 85 | 85 | 0,0 |
| **Potência Instalada de Transformadores (MVA)** | 3.277 | 3.232 | 1,4 |
| **Redes de Distribuição - Própria (Km)** | **59.864** | **58.724** | **1,9** |
| AT (maior ou igual a 69 KV) | 2.642 | 2.215 | 19,3 |
| MT (entre 1 e menor a 69 KV) | 48.267 | 47.740 | 1,1 |
| BT (menor que 1 kV) | 8.955 | 8.769 | 2,1 |
| **Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)** | **91.628** | **88.542** | **3,5** |
| Urbano | 24.046 | 23.059 | 4,3 |
| Rural | 67.582 | 65.483 | 3,2 |
| **Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)** | **2.668** | **2.508** | **6,4** |
| Urbano | 1.647 | 1.558 | 5,7 |
| Rural | 1.021 | 950 | 7,4 |
| **Postes em Redes de Distribuição** | **617.669** | **599.927** | **3,0** |

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

**10.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**
Em 2012, foram encerrados 6 projetos de P&D, permanecendo assim 16 projetos em execução, com investimentos da ordem de R$ 3,47 milhões. A EDP Escelsa destaca o projeto que desenvolveu uma solução de baixo custo, no âmbito de automação, para chaves seccionadoras já em uso na rede de distribuição, possibilitando menores custos operacionais, melhoria nos índices de qualidade e desempenho, e melhoria dos níveis de segurança na operação das redes de distribuição. O protótipo desenvolvido tem características e funcionalidades que possibilitam a inserção de equipamentos antigos em operação no conceito das Redes Elétricas Inteligentes.
Os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas.

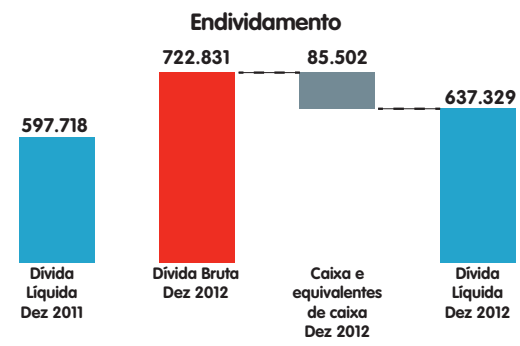
**10.2 Eficiência Energética**
Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes promovendo soluções inovadoras e sustentáveis, as atividades de eficiência energética desempenhadas pela EDP Escelsa, em 2012, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética - PEE. No ano de 2012 a EDP Escelsa investiu R$ 15 milhões com 26 projetos de eficiência energética em hospitais e entidades beneficentes e em 03 prédios públicos do Governo do Estado, basicamente atuando nos sistemas de ar-condicionado e iluminação dessas instituições com a substituição de equipamentos de baixo rendimento energético por outros mais econômicos e eficientes. Continuou com o projeto "Boa Energia Solar" instalando no período equipamentos de aquecimento solar de alta eficiência em 3.042 unidades consumidoras, permitindo assim substituir os chuveiros elétricos existentes. Deu sequência ao projeto "Boa Energia na Comunidade", que visa aumentar a eficiência energética e regularizar as unidades consumidoras de baixa renda. Iniciou o projeto "Agente da Boa Energia", que atendeu 966 unidades consumidoras em Planalto Serrano, cadastrando-os no CadÚnico, para usufruto da tarifa social, realizou orientações financeira e de mudança de hábito de consumo, negociou dívidas regularizando-os na EDP e introduziu equipamentos eficientes em substituição aos ineficientes. Por fim, realizou o projeto "Boa Energia nas Escolas" que levou conhecimento sobre o uso adequado e seguro da energia a 459 professores de 107 escolas da rede pública de ensino, atingindo um total de 45.874 alunos. Foi doado a cada escola material didático para utilização dos alunos e produzido uma unidade móvel de ensino "caminhão da boa energia" que visitou as escolas interagindo diretamente com os alunos através de experimentos científicos, jogos educativos, filme em 3D sobre os caminhos da energia e folder explicativo.

## 11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| | janeiro - dezembro | | |
|---|---|---|---|
| **DRE - R$ Mil** | **2012** | **2011** | **Variação %** |
| Receita Operacional Bruta | 2.421.170 | 2.127.255 | *13,8* |
| (–) Deduções à Receita Operacional | (516.465) | (479.506) | *7,7* |
| **(=) Receita Operacional Líquida** | **1.904.705** | **1.647.749** | ***15,6*** |
| **(–) Despesas Operacionais:** | **1.655.229** | **1.470.753** | ***12,5*** |
| **Gerenciáveis** | **469.707** | **532.492** | ***(11,8)*** |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | 102.522 | 105.576 | *(2,9)* |
| Material | 9.736 | 9.498 | *2,5* |
| Serviços de terceiros | 137.020 | 124.666 | *9,9* |
| Depreciação e amortização | 98.131 | 96.546 | *1,6* |
| Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas | 19.870 | 17.565 | *13,1* |
| Provisões para contingências | 19.542 | 7.387 | *164,5* |
| Aluguéis e arrendamentos | 1.328 | 1.116 | *19,0* |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens | 11.781 | 19.104 | *(38,3)* |
| Valor novo de reposição | (77.905) | – | – |
| Custo com construção da infraestrutura | 136.990 | 129.665 | *5,6* |
| Outras | 10.692 | 21.369 | *(50,0)* |
| **Não gerenciáveis** | **1.185.522** | **938.261** | ***26,4*** |
| Energia elétrica comprada para revenda | 951.007 | 734.608 | *29,5* |
| Encargos de uso da rede elétrica | 230.233 | 199.340 | *15,5* |
| Taxa de fiscalização | 4.282 | 4.313 | *(0,7)* |
| **EBITDA** | **347.607** | **273.542** | ***27,1*** |
| **Margem do EBITDA - %** | **19,7%** | **18,0%** | ***1,6 p.p.*** |
| **(=) Resultado do Serviço** | **249.476** | **176.996** | ***41,0*** |
| **Margem do EBIT - %** | **14,1%** | **11,7%** | ***2,5 p.p.*** |
| **Resultado financeiro** | **(37.477)** | **(42.860)** | ***(12,6)*** |
| **EBT** | **211.999** | **134.136** | ***58,0*** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **(55.047)** | **(30.160)** | ***82,5*** |
| **Resultado Líquido** | **156.952** | **103.976** | ***51,0*** |

As margens EBITDA e EBIT não consideram as receitas de construção
A Receita **Operacional Líquida** apresentou um aumento de 15,6% no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R$ 1.904,7 milhões. O crescimento de R$ 256,9 milhões pode ser composto da seguinte forma:
1) Crescimento de R$ 293,9 milhões da receita bruta, principalmente em virtude dos seguintes fatores: i) aumento de 16,7% do fornecimento de energia aos clientes cativos (R$ 118,8 milhões); ii) aumento da receita da energia de curto prazo (R$ 39,4 milhões); iii) aumento de 12,0% da disponibilização do sistema de distribuição e transmissão (R$ 139,8 milhões) e; iv) decréscimo de outras receitas (R$ 16,6 milhões).
2) Aumento de 7,7% das deduções da receita operacional em R$ 37,0 milhões. Os principais fatores deste aumento foram o crescimento dos encargos setoriais em R$ 7,5 milhões, que compreendem: i) Aumento de R$ 29,4 milhões de PIS/COFINS (Programa de Integração Social/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); ii) aumento na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em R$ 6,9 milhões; iii) Aumento da RGR (Reserva Global de Reversão) em R$ 4,6 milhões, mitigados por iv) Redução na CCC (Conta de Consumo de Combustível) em R$ 8,3 milhões.
A receita operacional líquida desconsiderando o valor das receitas de construção totaliza em 2012 R$ 1.767,7 milhões, 16,4% superior a 2011.
As **despesas operacionais** totalizaram R$ 1.655,2 milhões no período de doze meses acumulado em 31 de dezembro de 2012, superiores em 12,5% às despesas verificadas no mesmo período do ano anterior.
As **despesas operacionais gerenciáveis** da EDP Escelsa, que compreendem os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, reduziram R$ 62,8 milhões em 2012, o que correspondeu a um decréscimo de 11,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais eventos foram o aumento nas provisões para contingências, crédito contábil não recorrente em 2012 devido à atualização de Valor Novo de Reposição de Ativos de Distribuição no valor de R$ 77,9 milhões, a menor despesa na desativação de bens no valor de R$ 7,3 milhões, menor custos com pessoal em função principalmente do crédito do SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) sobre ação judicial relativa aos anos de 1991-1999 e 2005-2010 devido a pagamentos a maior nestes períodos anteriores no valor de R$ 8,5 milhões e aumento de R$ 12,2 milhões referente a despesas de serviços de terceiros em virtude de reforço da manutenção para garantir a realização do DEC anual inferior a 10 horas e atendimento à demanda do Termo de Notificação Aneel 034/2012, reajuste dos contratos de leitura e entrega de contas, em média 16,35% superior ao período anterior, custos com inventário de ativos e maiores custos com adequação de sistemas para responder a obrigações legais e Resoluções da ANEEL. Desconsiderando o evento não recorrente referente ao VNR às despesas gerenciáveis da EDP Escelsa seriam R$ 545,2 milhões, superiores a 2011 em 2,4%, percentual menor que a inflação no período.
As **despesas operacionais não gerenciáveis** que correspondem aos custos com energia comprada para revenda, encargos setoriais de transmissão e taxa de fiscalização totalizaram em 31 de dezembro de 2012 o montante de R$ 1.185,5 milhões, superiores em 26,4% em relação às praticadas no mesmo período do ano anterior. O valor de energia elétrica comprada para revenda totalizou R$ 951,0 milhões, 29,5% acima de 2011, em decorrência de: (i) Início de suprimento de energia de dois novos produtos em 2012, adquiridos nos leilões de energia nova, necessários ao atendimento do crescimento do mercado. A entrada desses produtos representa um aumento de 320GWh na EDP Escelsa; (ii) acréscimo no preço médio da compra de energia, reajustado pela variação do IPCA e IGPM; (iii) acréscimo no valor da energia comprada de ITAIPU, em 2012, devido ao aumento de 17% no dólar do período; (iv) O PLD permaneceu num patamar elevado, alcançando a média de R$ 166,69/MWh ao longo de 2012, contra a média de R$ 29,42/MWh em 2011, refletindo em maior despacho das usinas térmicas no período. O PLD é formado por um modelo estatístico definido pelo ONS com o objetivo de otimizar a exploração das usinas no Brasil, influenciado pelo nível dos reservatórios de água no país e pela expectativa hidrológica de curto prazo. Quando o PLD atinge um valor acima do custo variável de geração térmica, as térmicas passam a ser despachadas com o objetivo de manter o equilíbrio do sistema.
Em 2012, a conta de encargos de uso e conexão apresentou saldo de R$ 230,2 milhões, 15,5% acima do apresentado em 2011 devido do reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, além do acréscimo nas distribuidoras proveniente dos encargos de energia de reserva em função de início de suprimento de energia elétrica proveniente de fonte eólica, objeto do 2º Leilão de Energia de Reserva, com o início do suprimento em julho de 2012 e do aumento do encargo de segurança energética devido ao despacho de usinas térmicas por segurança do sistema.
O **Resultado do Serviço de Energia Elétrica** (**EBIT**) totalizou R$ 249,5 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2012, superior em 41,0% ao mesmo resultado no período findo em 31 de dezembro de 2011, em virtude dos mesmos efeitos citados anteriormente. A margem do EBIT em 31 de dezembro de 2012, desconsiderando o efeito da receita de construção na receita líquida foi 14,1% enquanto no mesmo período de 2011 foi 11,7%.
O EBITDA do período foi R$ 347,6 milhões, superior em 27,1% ao EBITDA obtido no mesmo período do ano anterior. A margem do EBITDA em 2012, desconsiderando o efeito da receita de construção na receita líquida foi 19,7% enquanto em 2011 foi de 18,0%.
O **Resultado Financeiro** do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 foi R$ 37,5 milhões negativos, superior em R$ 5,4 milhões comparado ao resultado financeiro de R$ 42,9 milhões negativos de 2011. A variação deve-se a redução do custo médio da dívida em função da Selic média e da TJLP em 2012, impacto em 2011 de atualização monetária de depósitos judiciais referentes a processos do programa Refis e impacto positivo da atualização financeira referente ao crédito do SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) sobre ação judicial relativa aos anos de 1991 a 1999 e 2005 a 2010 devido a pagamentos a maior nestes períodos anteriores.
Pelos motivos ressaltados anteriormente a EDP Escelsa apresentou um **Lucro Líquido** de R$ 157,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, superior em 51,0% ao registrado em igual período do ano anterior.

**11.1 Endividamento**

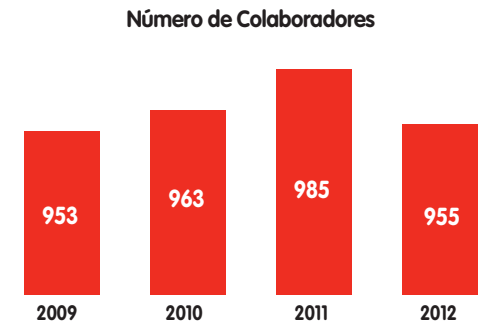


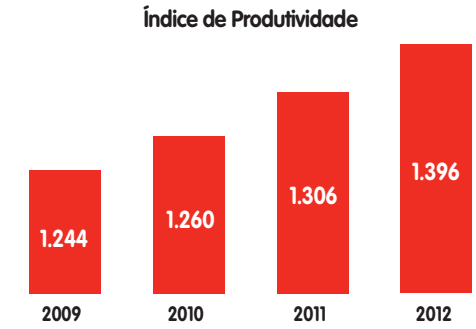

Em 31 de dezembro de 2012, a EDP Escelsa apresentou um endividamento líquido de R$ 637,3 milhões, fechando o exercício do ano de 2012 em 6,6% superior ao saldo de dezembro de 2011.
A dívida bruta da EDP Escelsa em 31 de dezembro de 2012 foi de R$ 722,8 milhões e é composta da seguinte forma: R$ 166,5 milhões (23,0%) de debêntures, R$ 478,5 milhões (66,2%) de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES, BID e outras instituições financeiras) e R$ 77,8 milhões (10,8%) de financiamentos junto à Eletrobrás. Em 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida representou 1,01 vezes o Patrimônio Líquido da companhia (0,84 vezes em 31 de dezembro de 2011).

## 12. GESTÃO DE PESSOAS

Visando o desenvolvimento dos gestores da EDP Escelsa, durante o ano de 2012 foi dado sequencia ao Programa de Desenvolvimento de Liderança, como parte da estrutura da Escola de Desenvolvimento de Diretivos da Universidade EDP. A Escola de Diretivos tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências de Gestão e Liderança do Grupo EDP. Ao mesmo tempo, tem função de acompanhar o potencial que se tem no grupo, preparando líderes, gerindo sucessão e facilitando a mobilidade funcional e geográfica. O programa é composto por 5 pilares importantes para o grupo: estratégia, liderança, comunicação, negociação e inovabilidade. Cada pilar possui treinamentos obrigatórios e optativos, dependendo do público alvo de cada iniciativa. Com objetivo de garantir a cultura organizacional da EDP, o programa de integração para novos colaboradores transmite informações sobre a cultura da empresa, o Código de Ética, direitos e benefícios concedidos pela empresa. Como refinamento das práticas de compartilhar e reter conhecimentos, em 2012 foi implementado o 'Programa Valorizar a Experiência', com objetivo de criar mecanismos para que os especialistas em determinados temas repassem seus conhecimentos para outros colaboradores, a fim de preservar o conhecimento técnico crítico para o negócio. O Programa permite mapear e disseminar o conhecimento de profissionais experientes em todas as localidades e Áreas de negócio do Grupo, para repassar aos mais novos, permitindo promover o desenvolvimento integral das pessoas como cidadãos e profissionais, além de preservar e reter os talentos na Empresa. Na EDP Escelsa tivemos a participação de 55 colaboradores.
No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, as ações incluem: adoção de parcerias com academias, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, realização de Festival de Esportes, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, Clube da Corrida, Conte Comigo, entre outros. Assegura-se a estratégia de remuneração, através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado, com revisão da Política de Cargos e Salários e aplicação de uma política de mérito.

**12.1 Força de Trabalho**
O quadro de pessoal próprio da EDP Escelsa, ao final de 2012, era de 955 colaboradores, 2 colaboradores da alta direção em regime estatutário e 2 conselheiros, totalizando 959. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.396 face a 1.306 apresentado em 2011.




**12.2 Programa de Benefícios**
A EDP Escelsa dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/ acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

**12.3 Capacitação e Desenvolvimento**
A empresa possui um programa de Incentivo à educação formal individual, através da concessão de bolsas de estudos, conciliando as necessidades dos colaboradores e da EDP Escelsa, em cursos reconhecidos pelas autoridades de educação, técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação e MBA. Em 2012, 58 foram contemplados com este benefício. Em capacitação, desenvolvimento, reciclagem e atualização dos colaboradores foram realizadas 79.680 horas de treinamento, com média de 85,88 horas por colaborador, com investimentos na ordem de R$ 780 Mil.

**12.4 Planejamento de Pessoas e Sucessão**
Em 2012 foram preenchidas 58 vagas na Distribuição Escelsa, das quais 48% foram por recrutamento e aproveitamento interno. Contribuem para retenção de pessoas os programas ON TOP (programa de estágio), com aproveitamento de 08 estagiários em 2012, e Energizing Development Program (programa interno de trainees).

**12.5 Segurança no Trabalho**
O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:
(i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Escelsa a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.
(ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.
No ano de 2012 foi dado um grande enfoque à segurança no trabalho, tendo sido criado os Comitês Operacional e Estratégico de Segurança, onde mensalmente são discutidos e deliberados temas de segurança do trabalho, com o envolvimento da equipe técnica de segurança, gestores e diretores.
Foram realizadas 2.363 inspeções/abordagens em atividades relacionadas ao negócio. Com relação às taxas de frequência e gravidade para a EDP Escelsa, no ano de 2012 foram registrados os índices de 0,51 e 8, respectivamente, enquanto que para as prestadoras de serviços, as taxas de frequência e gravidade foram 3,50 e 5.075, respectivamente.

## 13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

**13.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa**
Os novos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, revistos em 2012, e as orientações das Políticas Corporativas continuaram a nortear a atuação da EDP Escelsa. As iniciativas visaram a criação de valor e o equilíbrio das relações com colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais. Exemplo dessa integração é o Ciclo de Diálogo EDP & Sustentabilidade realizado no âmbito da preparação do Relatório Anual do Grupo EDP no Brasil que teve como objetivo reunir representantes da comunidade local e dos órgãos públicos em um debate voltado para a reflexão dos reais interesses dos grupos diretamente influenciados pelas atividades da EDP Escelsa.
Em 2012 os investimentos socioculturais promovidos pela Companhia atingiram o valor de R$ 825 mil, beneficiando mais de 5 mil pessoas. O programa "EDP Solidária" apoiou projetos sociais com foco na educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto a aproximadamente 1.200 pessoas. Com o programa "EDP Cultura", fomentou a inclusão social por meio das artes, patrocinando os projetos "Ginga Dendê" que promove reflexões sobre a cultura negra e a história do estado do Espírito Santo, "Projeto Animação" que utiliza o cinema de animação como instrumento de

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

aprendizagem e o "Prêmio EDP nas Artes" que capacita e valoriza jovens artistas plásticos de todo Brasil. Já o Programa "EDP nas Escolas" beneficiou, com a entrega de kits escolares, teatro nas escolas e concursos culturais, cerca de 1.200 alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. O "Programa de Voluntariado da EDP", com apoio, dedicação e talento dos colaboradores da EDP Escelsa, promoveu, no Espírito Santo, diversas ações de cidadania, beneficiando cerca de 800 pessoas atendidas por organizações sociais de todo o Estado. Destaque para o projeto "Desafio do Bem" e a campanha "Natal Solidário".

Esta atuação da EDP Escelsa, que promove a excelência em responsabilidade social corporativa, contribuiu para manter o reconhecimento pelo sétimo ano consecutivo do Grupo EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa) e a renovação do título "Empresa Amiga da Criança".

**13.2 Meio Ambiente**

No ano de 2012 a EDP Escelsa conquistou a certificação na norma internacional ISO 14.001, que comprova a aplicação das práticas de excelência do sistema de gestão ambiental em duas sub-estações da área de concessão: Goiabeiras e Manguinhos.

A promoção de uma cultura de respeito pelo meio ambiente também foi reforçada neste ano, através da realização de um ciclo de palestras sobre o uso racional de energia para estudantes de 1º e 2º grau e crianças da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e por meio de ações de sensibilização ambiental dos prestadores de serviço da EDP Escelsa integradas nas reuniões mensais de saúde e segurança que a Companhia realiza com esses parceiros.

Em 2012 foi realizada a distribuição de 300 mudas de árvores nativas para as prefeituras de Cachoeira do Itapemirim, Aracruz e Vitória no Dia da Árvore contando com a presença de Secretários de Meio Ambiente em conjunto com o Instituto EDP. Aos colaboradores da EDP Escelsa foram igualmente distribuídas 1000 mudas de árvores.

Estas iniciativas em conjunto com as demais ações correntes de gestão ambiental das operações, nomeadamente de manutenção das condicionantes das licenças de operação dos ativos da Companhia, compreendem gastos e investimentos de natureza ambiental da EDP Escelsa na ordem de R$ 7,97 milhões.

## 14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2012, a EDP Escelsa foi reconhecida em atividades que desenvolveu, atestando a qualidade de sua gestão empresarial. Destacam-se:

Pela quarta vez, a distribuidora recebeu a máxima distinção no Prêmio Qualidade Espírito Santo que avalia as práticas de gestão empresarial. A EDP Escelsa se destacou com a maior pontuação registrada em todas as edições do prêmio e recebeu o quarto troféu ouro. O Prêmio Qualidade Espírito Santo reconheceu a EDP Escelsa como uma das empresas que alcançaram níveis de excelência de gestão e confirmou a satisfação de mais de 83,3% dos clientes, como mostrou pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

A EDP Escelsa renovou o selo "Empresa Amiga da Criança 2012", promovido pela Fundação Abrinq.

A EDP Escelsa manteve certificados os processos: tratamento das reclamações (ISO 9001:2008); coleta de dados e de apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais (ISO 9001:2008); elaboração, execução, medição e verificação do Programa de Eficiência Energética (ISO 9001:2008); e o processo de Manutenção dos Ativos das Subestações de Goiabeiras e Manguinhos (ISO 14.001).

## 15. BALANÇO SOCIAL (MODELO IBASE)

| 1 - Base de Cálculo | 2012 Valor (Mil reais) | | | 2011 Valor (Mil reais) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida (RL) | 1.904.705 | | | 1.647.749 | | |
| Resultado operacional (RO) | 249.476 | | | 176.996 | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 82.836 | | | 84.725 | | |
| **2 - Indicadores Sociais Internos** | **Valor (mil)** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** | **Valor (mil)** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** |
| Alimentação | 9.860 | 11,90% | 0,52% | 9.290 | 11,21% | 0,61% |
| Encargos sociais compulsórios | 19.062 | 23,01% | 1,00% | 22.750 | 26,85% | 1,50% |
| Previdência privada | 5.573 | 6,73% | 0,29% | 5.572 | 6,58% | 0,37% |
| Saúde | 13.385 | 16,16% | 0,70% | 13.383 | 15,80% | 0,88% |
| Segurança e saúde no trabalho | 55 | 0,07% | 0,00% | 179 | 0,21% | 0,01% |
| Educação | 193 | 0,23% | 0,01% | 216 | 0,26% | 0,01% |
| Cultura | – | 0,00% | 0,00% | – | 0,00% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 904 | 1,09% | 0,05% | 869 | 1,03% | 0,06% |
| Creches ou auxílio-creche | 195 | 0,24% | 0,01% | 157 | 0,19% | 0,01% |
| Participação nos lucros ou resultados | – | 0,00% | 0,00% | 9.133 | 10,78% | 0,60% |
| Programa de Desligamento Voluntário - PDV | – | 0,00% | 0,00% | – | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 609 | 0,74% | 0,03% | 559 | 0,66% | 0,04% |
| **Total - Indicadores sociais internos** | **49.836** | **60,16%** | **2,62%** | **62.109** | **73,31%** | **4,09%** |
| **3 - Indicadores Sociais Externos** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** |
| Educação | 336 | 0,13% | 0,02% | 214 | 0,16% | 0,01% |
| Cultura | 368 | 0,15% | 0,02% | 300 | 0,22% | 0,02% |
| Saúde e saneamento | 29 | 0,01% | 0,00% | – | 0,00% | 0,00% |
| Esporte | 90 | 0,04% | 0,00% | 77 | 0,06% | 0,01% |
| Combate à fome e segurança alimentar | – | 0,00% | 0,00% | – | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 2 | 0,00% | 0,00% | 156 | 0,12% | 0,01% |
| **Total das contribuições para a sociedade** | **825** | **0,33%** | **0,04%** | **747** | **0,56%** | **0,05%** |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 1.200.054 | 481,03% | 63,00% | 1.089.162 | 811,98% | 71,75% |
| **Total - Indicadores sociais externos** | **1.200.879** | **481,36%** | **63,05%** | **1.089.909** | **812,54%** | **71,80%** |
| **4 - Indicadores Ambientais** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa | 7.970 | 3,19% | 0,42% | 7.223 | 5,38% | 0,48% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | – | 0,00% | 0,00% | – | 0,00% | 0,00% |
| **Total dos investimentos em meio ambiente** | **7.970** | **3,19%** | **0,42%** | **7.223** | **5,38%** | **0,48%** |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | ( x ) não possui metas<br>( ) cumpre de 0 a 50% | ( ) cumpre de 51 a 75%<br>( ) cumpre de 76 a 100% | | ( ) não possui metas<br>( ) cumpre de 0 a 50% | ( ) cumpre de 51 a 75%<br>( x ) cumpre de 76 a 100% | |
| **5 - Indicadores do Corpo Funcional** | **2012** | | | **2011** | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 957 | | | 987 | | |
| Nº de admissões durante o período | 75 | | | 81 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 2.459 | | | 2.578 | | |
| Nº de estagiários(as) | 53 | | | 95 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 422 | | | 489 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 228 | | | 223 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 11% | | | 10% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa (1) | 213 | | | 238 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 3% | | | 2% | | |
| Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais | 32 | | | 38 | | |
| **6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial** | **2012** | | | **Meta 2013** | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (2) | 26,36 | | | 26,36 | | |
| Número total de acidentes de trabalho (3) | 48 | | | 0 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | ( ) direção | (x) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( ) direção | (x) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | (x) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( ) todos(as) + Cipa | (x) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( ) todos(as) + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | ( ) não se envolve | (x) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT | ( ) não se envolverá | (x) seguirá as normas da OIT | ( ) incentivará e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla: | ( ) direção | ( ) direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | ( ) direção | ( ) direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | ( ) direção | ( ) direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | ( ) direção | ( ) direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | ( ) não são considerados | ( ) são sugeridos | (x) são exigidos | ( ) não serão considerados | ( ) serão sugeridos | (x) serão exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | ( ) não se envolve | ( ) apoia | (x) organiza e incentiva | ( ) não se envolverá | ( ) apoiará | (x) organizará e incentivará |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | 52.990 | 3.167 | 2.941 | – | – | – |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | 96% | 100% | 75% | 0% | 0% | 0% |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R$): | 1.454.283 | | | 1.297.956 | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 77% governo 6% colaboradores(as)<br>3% acionistas 7% terceiros 7% retido | | | 79% governo 6% colaboradores(as)<br>3% acionistas 7% terceiros 5% retido | | |

**7 - Outras Informações**

(1) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.

(2) Para este indicador não foi considerado o salário do Presidente pois apesar da remuneração ser paga pelo Brasil, a decisão sobre os valores é realizada em Portugal. Já os Conselheiros, não foram considerados por não comporem o headcount do Grupo.

(3) Este número inclui os acidentes com e sem afastamento, envolvendo funcionários próprios e terceiros.

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não auditadas.

Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

## 16. AUDITORIA EXTERNA

Nos termos da Instrução CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em dezembro de 2011, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras anuais, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A Deloitte iniciou a prestação de serviços em março de 2012. Adicionalmente em 2012, foram prestados serviços não relacionados a auditoria, referentes a procedimentos previamente acordados para atendimento ao Órgão Regulador no valor de R$ 0,07 milhões que ultrapassaram 5% do valor do contrato de prestação de serviços de auditoria.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

## 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012.

## 18. AGRADECIMENTOS

A Administração da EDP Escelsa registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos gestores e colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento dos objetivos da EDP Escelsa.



continua

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

| (Em milhares de reais) | Nota | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | |
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 85.502 | 105.726 |
| Consumidores e concessionárias | 5 | 437.189 | 338.851 |
| Impostos e contribuições sociais | 6 | 77.622 | 72.367 |
| Estoques | | 15.288 | 14.239 |
| Cauções e depósitos vinculados | 9 | 135 | 4 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 87 | 877 |
| Outros créditos | 10 | 102.534 | 56.008 |
| | | **718.357** | **588.072** |
| **Não circulante** | | | |
| Ativo financeiro indenizável | 11 | 451.444 | 274.735 |
| Consumidores e concessionárias | 5 | 8.931 | 10.714 |
| Impostos e contribuições sociais | 6 | 8.942 | 8.722 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7 | 247.111 | 226.836 |
| Partes relacionadas | 8 | 777 | 20 |
| Cauções e depósitos vinculados | 9 | 99.392 | 103.569 |
| Outros créditos | 10 | 7.286 | 1.145 |
| | | **823.883** | **625.741** |
| Propriedades para investimentos | 12 | 1.074 | 1.133 |
| Imobilizado | 13 | 85 | 273 |
| Intangível | 14 | 918.124 | 994.121 |
| | | **919.283** | **995.527** |
| **Total do ativo** | | **2.461.523** | **2.209.340** |

| (Em milhares de reais) | Nota | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | |
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 15 | 306.320 | 226.598 |
| Impostos e contribuições sociais | 6 | 119.901 | 104.927 |
| Dividendos | 22.2 | 38.099 | 38.066 |
| Debêntures | 16 | 83.189 | 83.098 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17 | 66.216 | 62.888 |
| Benefícios pós-emprego | 18 | 19.269 | 11.598 |
| Obrigações estimadas com pessoal | 19 | 18.913 | 18.440 |
| Encargos regulamentares e setoriais | 20 | 91.196 | 113.780 |
| Provisões | 21 | 1.337 | 3.681 |
| Outras contas a pagar | 10 | 80.508 | 26.450 |
| | | **824.948** | **689.526** |
| **Não circulante** | | | |
| Impostos e contribuições sociais | 6 | 30.098 | 34.533 |
| Debêntures | 16 | 83.305 | 166.494 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17 | 490.121 | 390.964 |
| Benefícios pós-emprego | 18 | 340.582 | 177.179 |
| Partes relacionadas | 8 | 3.044 | 820 |
| Encargos regulamentares e setoriais | 20 | 7.727 | 5.359 |
| Provisões | 21 | 50.131 | 34.923 |
| Outras contas a pagar | 10 | 446 | 762 |
| | | **1.005.454** | **811.034** |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 22.1 | 376.022 | 376.022 |
| Reservas de capital | 22.3 | 101.035 | 101.035 |
| Reservas de lucros | 22.3 | 154.064 | 231.723 |
| | | **631.121** | **708.780** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **2.461.523** | **2.209.340** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

| (Em milhares de reais) | Capital social | Reservas de capital | Reservas de lucros | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 1° de janeiro de 2011** | **376.022** | **101.035** | **333.026** | **–** | **–** | **810.083** |
| Dividendo adicional aprovado - AGO de 05/04/2011 | | | (103.319) | | | (103.319) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | 103.976 | 103.976 |
| Destinação do lucro | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | | | 5.199 | | (5.199) | – |
| Dividendos intermediários (JSCP) | | | | | (44.783) | (44.783) |
| Dividendo adicional proposto | | | 51.781 | | (51.781) | – |
| Reserva de incentivo fiscal - SUDENE | | | 2.213 | | (2.213) | – |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | |
| Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego | | | | (86.631) | | (86.631) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | 29.454 | | 29.454 |
| Transferência para reserva de lucros | | | (57.177) | 57.177 | | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2011** | **376.022** | **101.035** | **231.723** | **–** | **–** | **708.780** |
| Reversão de reserva de lucros - AGO de 19/12/2012 | | | (30.000) | | | (30.000) |
| Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2012 | | | (51.781) | | | (51.781) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | 156.952 | 156.952 |
| Destinação do lucro | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | | | 7.848 | | (7.848) | – |
| Dividendos intermediários (JSCP) | | | | | (44.821) | (44.821) |
| Reserva de retenção de lucros | | | 102.383 | | (102.383) | – |
| Reserva de incentivo fiscal - SUDENE | | | 1.900 | | (1.900) | – |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | |
| Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego | | | | (163.650) | | (163.650) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | 55.641 | | 55.641 |
| Transferência para reserva de lucros | | | (108.009) | 108.009 | | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2012** | **376.022** | **101.035** | **154.064** | **–** | **–** | **631.121** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | 2012 | 2011 Reclassificado |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 211.999 | 134.136 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas | 19.870 | 17.565 |
| Ativo financeiro indenizável - baixa | 8.214 | 3.974 |
| Valor justo do ativo financeiro indenizável | (77.905) | |
| Depreciações e amortizações | 98.131 | 96.546 |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados | 10.095 | 8.554 |
| Fornecedores - atualização monetária - energia livre | 2.504 | 3.069 |
| Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 52.607 | 64.700 |
| Provisão para plano de benefícios pós-emprego | 26.622 | 17.182 |
| Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas | 26.791 | 11.283 |
| Provisões para licenças ambientais - atualização monetária | 7 | |
| Ajuste a valor presente | (352) | 1.184 |
| Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária | 12.835 | 12.869 |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária | (4.163) | (1.743) |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária | 2.597 | (11.320) |
| Outros | (1.087) | (315) |
| | **388.765** | **357.684** |
| **(Aumento) diminuição de ativos operacionais** | | |
| Consumidores e concessionárias | (116.073) | (26.980) |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis | 2.065 | 58.541 |
| Estoques | 38 | (3.602) |
| Cauções e depósitos vinculados | 8.209 | (6.505) |
| Despesas pagas antecipadamente | 790 | (71) |
| Outros ativos operacionais | (13.999) | 8.199 |
| | **(118.970)** | **29.582** |
| **Aumento (diminuição) de passivos operacionais** | | |
| Fornecedores | 77.218 | 25.651 |
| Outros tributos e contribuições sociais | 2.878 | (4.438) |
| Benefícios pós-emprego | (19.198) | (11.761) |
| Obrigações estimadas com pessoal | 473 | 2.707 |
| Encargos regulamentares e setoriais | (10.952) | 415 |
| Provisões | (13.934) | (3.968) |
| Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27 | | (31.770) |
| Outros passivos operacionais | (728) | 3.333 |
| | **35.757** | **(19.831)** |
| **Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais** | **305.552** | **367.435** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (26.306) | (27.130) |
| **Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais** | **279.246** | **340.305** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| Alienação (adição) ao investimento | 59 | 161 |
| Adições ao imobilizado e intangível | (136.990) | (129.665) |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento** | **(136.931)** | **(129.504)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Partes relacionadas | 1.467 | 711 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | (119.846) | (140.299) |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures | 148.916 | 73.663 |
| Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures | (152.638) | (138.466) |
| Encargos de dívidas líquido de derivativos | (40.438) | (56.723) |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento** | **(162.539)** | **(261.114)** |
| **(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **(20.224)** | **(50.313)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 85.502 | 105.726 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 105.726 | 156.039 |
| | **(20.224)** | **(50.313)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | Nota | 2012 | 2011 Reclassificado |
|---|---|---|---|
| **Receitas** | 23 | 1.904.705 | 1.647.749 |
| **Custo do serviço de energia elétrica** | | | |
| **Custo com energia elétrica** | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (951.007) | (734.608) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | (230.233) | (199.340) |
| | 24 | **(1.181.240)** | **(933.948)** |
| **Custo de operação** | | | |
| Pessoal | | (71.035) | (69.262) |
| Materiais e serviços de terceiros | | (104.411) | (94.049) |
| Depreciações e amortizações | | (97.928) | (96.469) |
| Outros custos de operação | | (1.578) | (15.204) |
| | 24 | **(274.952)** | **(274.984)** |
| | | **(1.456.192)** | **(1.208.932)** |
| **Custo do serviço prestado a terceiros** | 24 | (139.904) | (131.782) |
| **Lucro bruto** | | **308.609** | **307.035** |
| **Despesas e receitas operacionais** | | | |
| Despesas com vendas | | (21.526) | (18.097) |
| Despesas gerais e administrativas | | (78.617) | (81.376) |
| Depreciações e amortizações | | (203) | (77) |
| Outras despesas e receitas operacionais | | 41.213 | (30.489) |
| | 24 | **(59.133)** | **(130.039)** |
| **Resultado antes do resultado financeiro e tributos** | | **249.476** | **176.996** |
| Receitas financeiras | | 65.987 | 52.701 |
| Despesas financeiras | | (103.464) | (95.561) |
| **Resultado financeiro** | 25 | **(37.477)** | **(42.860)** |
| **Resultado antes dos tributos sobre o lucro** | | **211.999** | **134.136** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | (19.681) | (18.586) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (35.366) | (11.574) |
| | 26 | **(55.047)** | **(30.160)** |
| **Resultado líquido do exercício** | | **156.952** | **103.976** |
| Atribuível aos acionistas controladores | | 156.952 | 103.976 |
| **Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores** | 27 | | |
| Resultado básico por ação (Reais/ação) | | | |
| ON | | 26,71063 | 17,69499 |
| Resultado diluído por ação (Reais/ação) | | | |
| ON | | 26,71063 | 17,69499 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 156.952 | 103.976 |
| Outros Resultados Abrangentes | | |
| Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego | (163.650) | (86.631) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 55.641 | 29.454 |
| **Resultado abrangente do exercício** | **48.943** | **46.799** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | 2012 | 2011 Reclassificado |
|---|---|---|
| **Geração do valor adicionado** | **3.129.740** | **2.704.258** |
| Receita operacional | 2.924.910 | 2.581.433 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas | (19.870) | (17.565) |
| Receita de construção | 136.990 | 129.665 |
| Outras receitas | 87.710 | 10.725 |
| **(-) Insumos adquiridos de terceiros** | **(1.640.739)** | **(1.351.965)** |
| Custos da energia comprada | (1.043.386) | (808.107) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (253.025) | (219.016) |
| Materiais | (10.019) | (9.803) |
| Serviços de terceiros | (140.200) | (127.252) |
| Custo com construção da infraestrutura | (136.990) | (129.665) |
| Outros custos operacionais | (57.119) | (58.122) |
| **Valor adicionado bruto** | **1.489.001** | **1.352.293** |
| **Retenções** | | |
| Depreciações e amortizações | (100.705) | (107.038) |
| **Valor adicionado líquido produzido** | **1.388.296** | **1.245.255** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | |
| Receitas financeiras | 65.987 | 52.701 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **1.454.283** | **1.297.956** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração direta | 59.838 | 60.037 |
| Benefícios | 24.307 | 23.516 |
| FGTS | 9.664 | 5.286 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 450.988 | 413.806 |
| Estaduais | 641.916 | 584.807 |
| Municipais | 1.174 | 724 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 108.107 | 104.678 |
| Aluguéis | 1.337 | 1.126 |
| Remuneração de capital próprio | | |
| Juros sobre capital próprio | 44.821 | 44.783 |
| | **1.342.152** | **1.238.763** |
| Lucros retidos | **112.131** | **59.193** |
| | **1.454.283** | **1.297.956** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Companhia ou Escelsa), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Vitória - ES, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 001/1995 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que dentro dos 41.241 km² da área de concessão a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As principais obrigações estipuladas no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica às tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

**2 Base de preparação e Práticas contábeis**

**2.1 Base de preparação**

**2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitido pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

**2.1.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.2 Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

**b) Contas a receber**

**• Consumidores e concessionárias (Nota 5)**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 25);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias, comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.

Adicionalmente, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

**• Ativo financeiro indenizável (Nota 11)**

A Companhia reconhece um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo Valor Novo de Reposição - VNR, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

**c) Estoques**

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

**d) Propriedades para Investimentos (Nota 12)**

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se aufere uma renda, são avaliados ao custo de aquisição.

**e) Imobilizado (Nota 13)**

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Contabilizados pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

**f) Intangível (Nota 14)**

O intangível compreende:

• Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

• Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

**g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

**h) Redução ao valor recuperável**

**Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

**i) Demais ativos circulante e não circulante**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**j) Fornecedores (Nota 15)**

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

**k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 16 e 17)**

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

As operações de *swap* foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado do exercício.

**l) Provisões (Nota 21)**

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**m) Demais passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 26)**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Em 23 de março de 2010, a Companhia obteve, junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/10, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício de 2010. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

**o) Benefícios pós-emprego (Nota 18)**

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão, aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18. Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600/09. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

**p) Capital social (Nota 22.1)**

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**q) Dividendos**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**r) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidas no Resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, quando aplicável, que são reconhecidas no Resultado.

**s) Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e Planos de benefícios pós-emprego.

**t) Instrumentos financeiros (Nota 28)**

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

**u) Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

**v) Contratos de concessão**

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC 01 (R1), a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado:

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual esta registrado a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários através da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

**w) Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

**x) Contratos de arrendamentos**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

**y) Resultado por ação (Nota 27)**

O Resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e o Resultado por ação diluído.

**2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)**

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

**Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia**

**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

**Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013**

**CPC 33 - (R1) Benefícios a Empregados (IAS 19)**

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros resultados abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados, e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com inicio a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são relacionados ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado. Os impactos estimados são de uma redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 de R$27.833 e aumento na despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R$25.237, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. Em contrapartida, a amortização de custo do serviço passado no valor de R$2.596 por ano que ocorreria, no prazo médio, por mais 10 exercícios não impactará mais a despesa.

**CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)**

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

**Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia**

**CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11)**

A revisão desse pronunciamento não altera a essência da versão original. Foram realizadas apenas algumas compatibilizações de texto no sentido de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS.

**CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)**

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações finance iras.

**CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)**

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

**ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12)**

As principais mudanças são no sentido de dar clareza aos itens da Interpretação bem como renomeação de alguns subtítulos. Os parágrafos 28 a 30 que tratavam de Apresentação e divulgação foram excluídos da ICPC 01 e adicionados na ICPC 17, nos parágrafos 6 e 7. A revisão da ICPC 01 e a emissão da ICPC 17 contemplam as alterações feitas pelo próprio IASB, incluindo algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção das ICPCs é produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação da IFRIC 12 e da SIC 29. A revisão feita não trouxe alterações significativas.

**ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos**

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

**2.4 Reclassificações do exercício de 2011**

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

**2.4.1 Demonstração do resultado**

Para fins de comparabilidade foi feita a seguinte reclassificação nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

**Receita e Despesa de construção:** De acordo com o CPC 17, o valor de R$129.665 desta natureza antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção (Nota 23) e Custo com construção da infraestrutura (Nota 24).

**2.4.2 Demonstração do valor adicionado**

Nos valores apresentados em 31 de dezembro de 2011 os seguintes itens foram reclassificados:

(i) De acordo com o CPC 17 a receita e a despesa de construção, no valor de R$129.665 antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção e Custo com construção da infraestrutura.

(ii) Reclassificação de R$9.117 referente aos Juros capitalizados ao Imobilizado, anteriormente apresentado líquido em Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros para Outras receitas em Geração ao valor adicionado.

(iii) Reclassificação dos Créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R$96.966 (R$73.499 referente a Custos da energia comprada, R$19.676 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R$305 referente a Materiais, R$2.586 referente a Serviços de terceiros), de Outras Receitas no valor de (R$6) e das Depreciações e amortizações no valor de R$10.492, para Distribuição do valor adicionado (R$106.562 referente a Impostos Federais, (R$10) ereferente aos Aluguéis) para adequação ao CPC 09 no valor de R$106.552.

**2.4.3 Demonstração do fluxo de caixa**

Nos valores apresentados em 31 de dezembro de 2011 os seguintes itens foram reclassificados:

(i) Adição do efeito de R$9.117 referente a capitalização de encargos antes apresentado em adições ao imobilizado e intangível, na atividade de investimento, e em encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures na atividade operacional, por não representar efetiva saída de caixa.

(ii) R$9.025 refere-se aos encargos de P&D (MME e FNDCT) que foram reclassificados de Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária no ajuste do Lucro, para Encargos regulamentares e setoriais na variação dos passivos operacionais.

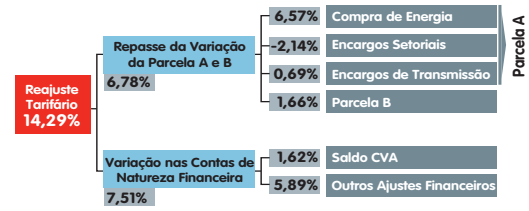
**3 Evento do exercício**

**3.1 Reajuste Tarifário de 2012**

Em 31 de Julho de 2012 a ANEEL, em reunião pública ocorrida nesta data, aprovou o reajuste tarifário anual médio de 14,29%, a ser aplicado às tarifas da Companhia, a partir de 7 de agosto de 2012, sendo 6,78% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 7,51% referente aos componentes financeiros pertinentes. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos será de 11,33%.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis (Parcela B), sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transmissão (transporte de energia), os encargos setoriais, como Conta de Consumo Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e taxa de fiscalização, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros.

Na composição do reajuste aplicado em 2012 para a Companhia destacam-se os componentes da Parcela A, a Parcela B e os ajustes financeiros, conforme demonstrado no quadro a seguir:




* Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| Bancos conta movimento | 55.145 | 54.680 |
| Aplicações financeiras - renda fixa | 30.357 | 51.046 |
| Total | **85.502** | **105.726** |

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxas que variam entre 98,5% e 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.3.

**5 Consumidores e concessionárias**

| Circulante | Nota | Saldos Vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Total | PCLD | Saldo líquido em 31/12/2012 | Saldo líquido em 31/12/2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consumidores | | | | | | | | |
| Fornecimento faturado | | | | | | | | |
| Residencial | | 51.153 | 54.590 | 7.868 | 113.611 | (7.868) | 105.743 | 81.173 |
| Industrial | | 25.731 | 10.745 | 7.514 | 43.990 | (4.661) | 39.329 | 33.056 |
| Comércio, serviços e outras atividades | | 38.784 | 18.347 | 4.477 | 61.608 | (1.984) | 59.624 | 44.073 |
| Rural | | 11.710 | 8.704 | 3.478 | 23.892 | (257) | 23.635 | 20.378 |
| Poder Público | | | | | | | | |
| Federal | | 2.420 | 90 | 2 | 2.512 | (2) | 2.510 | 1.913 |
| Estadual | | 3.944 | 123 | 37 | 4.104 | (26) | 4.078 | 2.876 |
| Municipal | | 5.215 | 1.912 | 265 | 7.392 | (47) | 7.345 | 5.444 |
| Iluminação pública | | 5.122 | 1.131 | 37 | 6.290 | (1) | 6.289 | 4.945 |
| Serviço público | | 4.065 | 207 | 476 | 4.748 | | 4.748 | 7.772 |
| Fornecimento não faturado | | 99.604 | | | 99.604 | | 99.604 | 84.450 |
| Parcelamentos de débitos | | 15.430 | 4.389 | 30.428 | 50.247 | (40.731) | 9.516 | 6.728 |
| (–) Ajuste a valor presente | 5.2 | (344) | | | (344) | | (344) | (302) |
| Outros créditos | 5.4 | 28.748 | | | 28.748 | | 28.748 | 28.592 |
| | | **291.582** | **100.238** | **54.582** | **446.402** | **(55.577)** | **390.825** | **321.098** |
| Concessionárias | | | | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | | 8.680 | | | 8.680 | | 8.680 | 9.217 |
| Energia de curto prazo | 5.1 | 29.509 | | | 29.509 | | 29.509 | 6.819 |
| Encargos de uso da rede elétrica | | 1.991 | | | 1.991 | | 1.991 | 1.717 |
| Outros | | 6.184 | | | 6.184 | | 6.184 | |
| | | **46.364** | **–** | **–** | **46.364** | **–** | **46.364** | **17.753** |
| Total Circulante | | **337.946** | **100.238** | **54.582** | **492.766** | **(55.577)** | **437.189** | **338.851** |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| Consumidores | | | | | | | | |
| Fornecimento faturado | | | | | | | | |
| Industrial | | 689 | | | 689 | (689) | | |
| Parcelamentos de débitos | | 14.882 | | | 14.882 | (1.880) | 13.002 | 15.179 |
| (–) Ajuste a valor presente | 5.2 | (4.071) | | | (4.071) | | (4.071) | (4.465) |
| | | **11.500** | **–** | **–** | **11.500** | **(2.569)** | **8.931** | **10.714** |
| **Total Não Circulante** | | **11.500** | **–** | **–** | **11.500** | **(2.569)** | **8.931** | **10.714** |

**5.1 Energia de Curto Prazo**

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.

**5.2 Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2012 correspondia a 15,07% a.a. (15,07% a.a. em 31 de dezembro de 2011), afetando positivamente o resultado do exercício em R$352 (negativamente em R$1.184 em 2011).

**5.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão é constituída conforme Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

i) Residencial: vencidos há mais de 90 dias;
ii) Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e
iii) Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.

No exercício a Companhia efetuou a revisão dos critérios de apuração da PCLD dos parcelamentos de débitos, passando a adotar os seguintes critérios:

i) Clientes baixa tensão: parcela vencida há mais de 90 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
ii) Clientes média e alta tensão: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento; e
iii) Poder Público: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzindo-os dos valores cobertos através de apresentação de Nota de Empenho.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 28.5.

**5.4 Outros créditos**

Refere-se substancialmente ao saldo de Encargos de capacidade emergencial e encargos de aquisição de energia no montante de R$28.601, sendo que R$27.415 estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a Companhia possui um passivo no valor de R$28.736 (Nota 20).

**6 Impostos e contribuições sociais**

| | Saldo em 31/12/2011 | Adição | Atualização monetária | Adiantamentos/Pagamentos | Compensação de tributos | Transferência | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ativo - compensáveis | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 35.887 | 273 | 947 | 26.306 | (18.391) | (15.664) | 29.358 |
| ICMS | 17.545 | 6.779 | | 225 | (8.087) | | 16.462 |
| PIS e COFINS | 14.646 | 123.560 | | | | (116.527) | 21.679 |
| PIS e COFINS - COSIT 27 | 9.721 | | 86 | | (9.491) | | 316 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 1.653 | 1.051 | | | (293) | (1.558) | 853 |
| Outros | 1.637 | 17.803 | | | | (1.544) | 17.896 |
| Total | **81.089** | **149.466** | **1.033** | **26.531** | **(36.262)** | **(135.293)** | **86.564** |
| Circulante | 72.367 | | | | | | 77.622 |
| Não circulante | 8.722 | | | | | | 8.942 |
| Total | **81.089** | – | – | – | – | – | **86.564** |

| | Saldo em 31/12/2011 | Adição | Atualização monetária | Pagamentos | Compensação de tributos | Reclassificação | Transferência | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Passivo - a recolher | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 18.766 | 19.954 | | | | | (18.766) | 19.954 |
| ICMS | 49.354 | 656.913 | | (639.856) | (8.087) | | | 58.324 |
| PIS e COFINS | 20.368 | 267.254 | | (123.128) | (21.458) | | (116.527) | 26.509 |
| IRRF sobre juros s/ capital próprio | 6.717 | 6.723 | | | (6.717) | | | 6.723 |
| Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09 | 16.236 | | 1.000 | (7.458) | | | | 9.778 |
| REFIS - conversão em renda | 24.201 | | 1.707 | | | | | 25.908 |
| Outros | 3.818 | 36.528 | | (38.002) | | 459 | | 2.803 |
| Total | **139.460** | **987.372** | **2.707** | **(808.444)** | **(36.262)** | **459** | **(135.293)** | **149.999** |
| Circulante | 104.927 | | | | | | | 119.901 |
| Não circulante | 34.533 | | | | | | | 30.098 |
| Total | **139.460** | – | – | – | – | – | – | **149.999** |

**6.1 Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09 e REFIS conversão em renda**

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

Do valor total consolidado de R$ 35.686 em 31 de dezembro de 2012, R$ 9.778 foram parcelados em 60 vezes restando 21 parcelas de R$ 465 atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R$ 25.908 restantes possuem depósitos judiciais no montante de R$ 64.431, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

**7 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os créditos fiscais a seguir detalhados na nota 7.1, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

**7.1 Composição e base de cálculo**

| | Ativo Não Circulante | | | | Resultado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2012 | | | 31/12/2011 | 2012 | 2011 |
| **Natureza dos créditos** | **IRPJ** | **CSLL** | **Total** | **Total** | **IRPJ/CSLL** | **IRPJ/CSLL** |
| **Prejuízos Fiscais** | 69.175 | | 69.175 | 76.309 | (7.134) | (4.642) |
| **Base Negativa da Contribuição Social** | | 28.489 | 28.489 | 31.057 | (2.568) | (4.510) |
| | **69.175** | **28.489** | **97.664** | **107.366** | **(9.702)** | **(9.152)** |
| **Diferenças Temporárias** | | | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 7.781 | 2.801 | 10.582 | 11.527 | (945) | 2.162 |
| Benefício pós-emprego | 10.888 | 3.920 | 14.808 | 12.305 | 2.503 | 1.852 |
| **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas** | 12.663 | 4.559 | 17.222 | 13.539 | 3.683 | (4.690) |
| Provisão para Resultados de *Swap* | (1.372) | (494) | (1.866) | – | (1.866) | |
| Provisão para Perdas em Estoques | 617 | 222 | 839 | 1.032 | (193) | (108) |
| **Total diferenças temporárias** | **30.577** | **11.008** | **41.585** | **38.403** | **3.182** | **(784)** |
| **Ágio incorporado** | 18.685 | 6.727 | 25.412 | 27.576 | (2.164) | (2.028) |
| **Diferenças Temporárias - RTT** | | | | | | |
| Consumidores - ajuste a valor presente | 1.035 | 373 | 1.408 | 1.621 | (213) | 402 |
| Imobilizado em Serviços - Intangíveis | | | | – | | (12) |
| Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 | (19.477) | (7.011) | (26.488) | – | (26.488) | |
| Benefícios a empregados - CPC 33 | 79.066 | 28.464 | 107.530 | 51.870 | 19 | |
| **Total diferenças temporárias - RTT** | **60.624** | **21.826** | **82.450** | **53.491** | **(26.682)** | **390** |
| **Total Ativos Diferidos** | **179.061** | **68.050** | **247.111** | **226.836** | | |
| **Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos** | | | | | **(35.366)** | **(11.574)** |

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R$35.366 e R$55.641 a crédito em Outros resultados abrangentes.

**7.2** O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação em abril de 2005 da parcela cindida da controladora EDP - Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP - Investimentos Ltda. na aquisição de ações da IVEN, na época controladora da Escelsa, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$1.955 até o ano de 2025 (Nota 14.1).

**7.3** A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no exercício como demonstrado. No entanto, o crédito relacionado ao ágio, mencionado na nota 7.2, será realizado financeiramente até 2025, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculados.

**7.4** Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Com base no estudo, a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios.

| 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 a 2020 | 2021 a 2022 | Não circulante |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 41.203 | 50.093 | 28.780 | 31.791 | 17.895 | 64.837 | 12.512 | 247.111 |

Os valores contidos no intervalo de 2021 a 2022 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

**8 Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e são apresentados como segue:

| Objeto do contrato | Contraparte | Data da transação | Período de duração | Preço praticado R$/MWh em 31/12/2012 (*) | Ativo 31/12/2012 | Ativo 31/12/2011 | Passivo 31/12/2012 | Passivo 31/12/2011 | Receitas (despesas) no exercício 2012 | Receitas (despesas) no exercício 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Outros créditos** | | | | | | | | | | |
| Contrato de uso do sistema de distribuição | CESA | 01/08/2005 | 01/08/2005 a 17/07/2025 | | | | | | | 1.028 |
| | Energest | 01/08/2005 | 01/08/2005 a 17/07/2025 | | 817 | 760 | | | 8.726 | 7.401 |
| | Santa Fé | 20/03/2009 | 20/03/2009 a 17/07/2025 | | 44 | 40 | | | 513 | 442 |
| Ressarcimento por insuficiência de geração | Pecém | 31/12/2012 | Indeterminado | | 286 | | | | 286 | |
| | | | | | **1.147** | **800** | **–** | **–** | **9.525** | **8.871** |
| **Partes relacionadas** | | | | | | | | | | |
| Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13 | EDP Energias do Brasil | 01/07/2012 | | | 766 | | 2.991 | 662 | (2.224) | (6.738) |
| Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11 | EDP Energias do Brasil | 01/01/2011 | 01/01/2011 a 31/12/2014 | | 2 | 2 | 53 | 158 | (547) | (507) |
| | Energest | 01/01/2011 | 01/01/2011 a 31/12/2014 | | 8 | 10 | | | 89 | 98 |
| | Escelsapar | 01/01/2011 | 01/01/2011 a 31/12/2014 | | | 1 | | | 6 | 6 |
| | EDP Renováveis | 01/01/2011 | 01/01/2011 a 31/12/2014 | | 1 | 1 | | | 9 | 9 |
| | Evrecy | 01/01/2011 | 01/01/2011 a 31/12/2014 | | | 6 | | | 63 | 51 |
| Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina | Energest | 13/05/2009 | 13/05/2009 a 12/05/2012 | | | | | | | 15 |
| | Evrecy | 13/05/2009 | 13/05/2009 a 12/05/2012 | | | | | | | 15 |
| | | | | | **777** | **20** | **3.044** | **820** | **(2.604)** | **(7.051)** |
| **Fornecedores** | | | | | | | | | | |
| Compra de energia elétrica | CESA | 01/08/2001 | 01/08/2001 a 17/07/2025 | 174,05 | | | | | | (2.203) |
| | CESA | 01/11/2002 | 01/11/2002 a 17/07/2025 | 161,11 | | | | | | (10.451) |
| | CESA | 01/11/2007 | 01/11/2007 a 17/07/2025 | 158,81 | | | | | | (12.720) |
| | Enerpeixe | 23/12/2002 | 23/12/2002 a 31/01/2016 | 182,82 | | | 9.540 | 9.944 | (75.646) | (70.125) |
| | Energest | 01/08/2001 | 01/08/2001 a 17/07/2025 | 201,18 | | | 392 | 439 | (4.324) | (1.806) |
| | Energest | 01/11/2002 | 01/11/2002 a 17/07/2025 | 186,23 | | | 1.862 | 2.083 | (20.515) | (8.565) |
| | Energest | 01/11/2007 | 01/11/2007 a 17/07/2025 | 178,55 | | | 3.063 | 3.237 | (24.483) | (10.289) |
| | Energest | 16/12/2004 | 01/01/2005 a 31/12/2012 | 83,11 | | | 118 | 135 | (975) | (965) |
| | Energest | 16/12/2004 | 01/01/2006 a 31/12/2013 | 93,31 | | | 45 | 52 | (374) | (369) |
| | Energest | 15/09/2005 | 01/01/2008 a 31/12/2015 | 111,47 | | | 30 | 34 | (247) | (244) |
| | Energest | 01/03/2006 | 01/01/2008 a 31/12/2037 | 160,00 | | | 46 | 48 | (366) | (344) |
| | Lajeado Energia | 01/03/2006 | 01/01/2008 a 31/12/2037 | 158,62 | | | 3 | 3 | (32) | (30) |
| | Lajeado Energia | 01/03/2006 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 160,00 | | | 5 | 6 | (56) | (53) |
| | Lajeado Energia | 01/03/2006 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 148,99 | | | 23 | 24 | (183) | (172) |
| | Santa Fé | 11/01/2007 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 169,82 | | | 37 | 39 | (315) | (296) |
| | Pecém | 27/08/2008 | 01/01/2012 a 31/12/2026 | | | | 2.224 | | (5.510) | |
| Conexão do sistema de transmissão | Evrecy | 01/08/2005 | 01/08/2005 a 17/07/2025 | | | | | 66 | (588) | (524) |
| Uso do sistema de transmissão | Evrecy | 30/12/2002 | 30/12/2002 a 17/07/2025 | | | | | 193 | (2.561) | (868) |
| | | | | | **–** | **–** | **17.388** | **16.303** | **(136.175)** | **(120.024)** |
| | | | | Total | **1.924** | **820** | **20.432** | **17.123** | **(129.254)** | **(118.204)** |

(*) Não auditado pelos auditores independentes

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/12, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protolocar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuidos através do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Os contratos de compra de energia elétrica são reajustados anualmente, sendo os de leilão reajustados pelo índice do IPCA e os contratos bilaterais pelo IGP-M.

Os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 29.2.

**8.1 Controladora direta**

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

**8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte**

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é a controladora.

**8.3 Remuneração dos administradores**

**8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria**

**(i) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

Conselho de Administração
Remuneração Fixa: 100%
Diretoria
Remuneração Fixa: 80%
Remuneração Variável: 20%

**8.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R$)**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|---|---|---|---|
| **Número de membros** | **2 (*)** | **6 (**)** | **8** |
| **Remuneração fixa (em R$)** | **68.064** | **2.350.203** | **2.418.267** |
| Salário ou pró-labore | 56.720 | 1.795.560 | 1.852.280 |
| Benefícios diretos e indiretos (i) | n/a | 76.169 | 76.169 |
| Encargos sociais | 11.344 | 478.474 | 489.818 |
| **Remuneração Variável (em R$)** | **n/a** | **599.499** | **599.499** |
| Bônus | n/a | 476.796 | 476.796 |
| Encargos sociais | n/a | 122.703 | 122.703 |
| **Valor Total da remuneração, por órgão** | **68.064** | **2.949.702** | **3.017.766** |

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 7 posições do Conselho de Administração, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é até R$129.600,00, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, 6 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R$2.639.097,25, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

**8.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R$).**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|---|---|---|
| Número de membros | 2 | 6 |
| Valor da maior remuneração individual | 44.832 | 841.930 |
| Valor da menor remuneração individual | 23.232 | 273.200 |
| Valor médio da remuneração individual | 34.032 | 491.617 |

**9 Cauções e depósitos vinculados**

| | Nota | Circulante 31/12/2012 | Circulante 31/12/2011 | Não circulante 31/12/2012 | Não circulante 31/12/2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Depósitos judiciais | 6.1 e 21 | | | 99.277 | 103.228 |
| Cauções e depósitos vinculados | | 135 | 4 | 115 | 341 |
| Total | | **135** | **4** | **99.392** | **103.569** |

**10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

| | Nota | Circulante 31/12/2012 | Circulante 31/12/2011 | Não circulante 31/12/2012 | Não circulante 31/12/2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Outros créditos - Ativo | | | | | |
| Adiantamentos a empregados | | 354 | 268 | | |
| Modicidade tarifária - baixa renda | | 4.477 | 282 | | |
| Dispêndios a reembolsar | | 2.939 | 2.922 | | |
| Programa eficiência energética | | 428 | 428 | 987 | 1.143 |
| Bens destinados à alienação | 10.1 | 42.253 | | | |
| Serviços em curso | 10.2 | 44.156 | 48.830 | | |
| Serviços prestados a terceiros | | 2.993 | 1.582 | | 2 |
| Desativações e alienações em curso | | 1.602 | 645 | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | | | | 6.297 | |
| Outros | | 3.332 | 1.051 | 2 | |
| Total | | **102.534** | **56.008** | **7.286** | **1.145** |
| Outras contas a pagar - Passivo | | | | | |
| Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos | | 54.526 | 1.355 | | |
| Contribuição de iluminação pública | | 13.134 | 12.887 | | |
| Credores diversos - consumidores | | 1.327 | 4.613 | | |
| Folha de pagamento | | 3.679 | 1.681 | | |
| Juros sobre empréstimo compulsório | | 358 | 358 | | |
| Arrecadação de terceiros a repassar | | | 5.302 | | |
| Valores a pagar TVs a Cabo e Telefonia | | 2 | | | |
| Outras | | 7.482 | 254 | 446 | 762 |
| Total | | **80.508** | **26.450** | **446** | **762** |

**10.1 Bens destinados à alienação**

Do saldo de R$42.253 em 31 de dezembro de 2012, R$41.685 refere-se ao saldo a receber referente a venda de imóvel, de acordo com Instrumento de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis assinado pela Companhia, em 27 de novembro de 2012, com Campo Participações Imobiliárias S/A., tendo como objeto o compromisso de venda da proporção de 85.300 m² do imóvel com área total de 107.277,58 m² (Registrado no cartório de Registro de Imóveis da Serra/ES), localizado na Rodovia BR 101 Norte, nº 3.450, Planalto de Carapina, Município de Serra, Estado do Espírito Santo. Os valores propostos da venda excederam substancialmente o valor contábil dos respectivos ativos. O processo de desmembramento e desmobilização deve ser concluído em até 180 dias, após a assinatura do referido Instrumento, período previsto para efetivação da transferência do imóvel ao adquirente. O registro contábil do ganho da alienação desse imóvel no valor estimado de R$50 milhões, ocorrerá no momento da transferência dos riscos e benefícios da propriedade ao comprador, conforme CPC 31.

**10.2 Serviços em curso**

O saldo de R$44.156 em 31 de dezembro de 2012 (R$48.830 em 31 de dezembro de 2011) é composto por gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituídos pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à P&D e nº 300/08, referente ao PEE, cuja realização se dará a débito do Passivo Circulante de Encargos regulamentares e setoriais quando do encerramento do projeto (Nota 20.2) no valor de R$41.126 em 31 de dezembro de 2012 (R$44.662 em 31 de dezembro de 2011) e de custos dos serviços prestados a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, na execução dos serviços prestados pela Companhia relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso no valor de R$3.030 em 31 de dezembro de 2012 (R$4.168 em 31 de dezembro de 2011).

**11 Ativo financeiro indenizável**

O saldo da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R$451.444 (R$274.735 em 31 de dezembro de 2011) no não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) ser omisso sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R$28.615, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia). A implementação desta resolução, resultou num acréscimo da vida útil média dos ativos da Companhia de 20 para 22 anos.

A Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783/13, em seu artigo 8º, parágrafo 2º, determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, motivo pelo qual a Companhia efetuou o registro contábil em dezembro de 2012 do valor da diferença entre o VNR e o custo histórico corrigido no montante de R$77.905 em contrapartida à redução da rubrica de Outras despesas e receitas operacionais (Nota 24).

A movimentação do exercício é a seguinte:

| | Saldo em 31/12/2011 | Transferências do intangível | Valor novo de reposição | Baixas | Reclas-sificação | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ativo financeiro indenizável | 274.735 | 104.429 | 77.905 | (5.813) | 188 | 451.444 |
| | **274.735** | **104.429** | **77.905** | **(5.813)** | **188** | **451.444** |

**12 Propriedades para investimentos**

O saldo de R$1.074 em 31 de dezembro de 2012 (R$1.133 em 31 de dezembro de 2011), refere-se aos investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia. São avaliados ao custo de aquisição.

O valor justo destas propriedades, de acordo, com a avaliação emitida em dezembro de 2012 por empresa terceirizada especializada, é de R$6.258 (R$11.083 em 31 de dezembro de 2011).

**13 Imobilizado**

Refere-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão e o saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R$85 (R$273 em 31 de dezembro de 2011). No exercício houve a reclassificação de R$188 para a rubrica de Ativo financeiro indenizável.

**14 Intangível**

| | 31/12/2012 Custo histórico | 31/12/2012 Amortização acumulada | 31/12/2012 Valor líquido | 31/12/2011 Custo histórico | 31/12/2011 Amortização acumulada | 31/12/2011 Valor líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Direito de concessão | | | | | | |
| -Infraestrutura | | | | | | |
| Em serviço | 1.899.407 | (1.055.847) | 843.560 | 1.884.182 | (976.867) | 907.315 |
| Em curso | 74.564 | | 74.564 | 86.806 | | 86.806 |
| Atividades não vinculadas à concessão | | | | | | |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora | 103.964 | | 103.964 | 103.964 | | 103.964 |
| (–) Provisão para manutenção de dividendos | (103.964) | | (103.964) | (103.964) | | (103.964) |
| Amortização da provisão para manutenção de dividendos | 29.224 | | 29.224 | 22.851 | | 22.851 |
| (–) Amortização acumulada do ágio | (29.224) | | (29.224) | (22.851) | | (22.851) |
| | **1.973.971** | **(1.055.847)** | **918.124** | **1.970.988** | **(976.867)** | **994.121** |

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

| | Valor líquido em 31/12/2011 | Ingressos | Juros capitalizados | Transferência para intangível em serviço | Transferência para ativo financeiro indenizável | Amortizações | Baixas | Valor líquido em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Intangível em serviço | | | | | | | | |
| Direito de concessão - Infraestrutura | 907.315 | | | 153.507 | (104.429) | (100.705) | (12.128) | 843.560 |
| Intangível em curso | 86.806 | 136.990 | 4.643 | (153.507) | | | (368) | 74.564 |
| **Total Intangível** | **994.121** | **136.990** | **4.643** | **–** | **(104.429)** | **(100.705)** | **(12.496)** | **918.124** |

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo da concessão anualmente ou sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no Resultado.

A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 0,69%, que representa a taxa efetiva do empréstimo.

**14.1 Ágio - Incorporação de sociedade controladora**

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade da exploração da concessão pelo prazo de concessão da Companhia.

**15 Fornecedores**

| | Nota | Circulante 31/12/2012 | Circulante 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| Suprimento de energia elétrica | | 153.341 | 110.671 |
| Energia livre | 15.1 | 31.983 | 29.479 |
| Encargos de uso da rede elétrica | | 28.892 | 23.718 |
| Operações CCEE | | 37.453 | 10.682 |
| Materiais e serviços | | 54.651 | 52.048 |
| Total | | **306.320** | **226.598** |

**15.1 Energia livre**

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal. Tal liquidação deveria ter ocorrido até 30 de setembro de 2010.

O pagamento por parte da Companhia, encontra-se suspenso, por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até que o pedido de liminar formulado nos autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.

O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R$2.504 (R$3.069 em 2011) em contrapartida da despesa financeira (Nota 25).

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 16 Debêntures

### 16.1 Composição do saldo de debêntures

| Agente Fiduciário | Quantidade de títulos | Valor nominal unitário | Valor total | Data da emissão | Vigência do contrato | Finalidade | Custo da dívida | Forma de pagamento | 31/12/2012 Principal Circulante | 31/12/2012 Principal Não circulante | 31/12/2012 Total | 31/12/2011 Principal Circulante | 31/12/2011 Principal Não circulante | 31/12/2011 Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Banco Citibank S/A | 25.000 | 10 | 250.000 | 02/07/2007 | 02/07/2007 a 02/07/2014 | Alongamento da dívida. Pagamento das *Senior Notes* com vencimento em 15/07/2007 | 105,0% do CDI | Principal anual e juro semestral | 83.325 | 83.350 | 166.675 | 83.325 | 166.675 | 250.000 |
| Custos de emissão | | | | | | | | Amortização mensal | (136) | (45) | (181) | (227) | (181) | (408) |
| Total | | | | | | | | | **83.189** | **83.305** | **166.494** | **83.098** | **166.494** | **249.592** |

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:
(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 2 dias úteis contado da data do inadimplemento;
(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros ((a) Dívida bruta em relação ao EBITDA e (b) EBITDA no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);
(iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;
(iv) falência formulada pela Emissora;
(v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica;
(viii) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que o valor unitário ou cumulativo ultrapasse R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia no respectivo contrato; e
(ix) descumprimento pela Emissora da manutenção dos índices financeiros "a" e "b" do item "ii" nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, sendo que para "a" não superior a 3,5 e para "b" não inferior a 1.

### 16.2 Mutação das debêntures no exercício:

| | Valor líquido em 31/12/2011 | Pagamentos de principal | Pagamentos de juros | Juros provisionados | Transferências | Custos de transação | Valor líquido em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | 83.098 | (83.325) | (18.440) | 18.440 | 83.189 | 227 | 83.189 |
| | **83.098** | **(83.325)** | **(18.440)** | **18.440** | **83.189** | **227** | **83.189** |
| Não circulante | 166.494 | | | | (83.189) | | 83.305 |
| | **166.494** | **–** | **–** | **–** | **(83.189)** | **–** | **83.305** |

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas no contrato de debêntures.

### 16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante:

| | |
|---|---|
| **Circulante** | |
| 2013 | 83.189 |
| | **83.189** |
| **Não Circulante** | |
| 2014 | 83.305 |
| | **83.305** |
| Total | **166.494** |

## 17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

### 17.1 Composição do saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| | Valor contratado | Data da contratação | Valor liberado | Vigência do contrato | Finalidade | *Covenants* | Custo da dívida | Forma de pagamento | 31/12/2012 Encargos Circulante | 31/12/2012 Encargos Não circulante | 31/12/2012 Principal Circulante | 31/12/2012 Principal Não circulante | 31/12/2012 Total | 31/12/2011 Encargos Circulante | 31/12/2011 Encargos Não circulante | 31/12/2011 Principal Circulante | 31/12/2011 Principal Não circulante | 31/12/2011 Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Moeda estrangeira** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BEI - Banco Europeu de Investimento | EUR 45.000 | 17/02/2012 | EUR 15.000 | 19/02/2012 a 17/02/2018 | Ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Escelsa, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema. | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | Libor + 1,2750% a.a. | Principal no final do contrato e Juros semestral | 443 | | | 40.065 | 40.508 | | | | | |
| | | | | | | | | | **443** | **–** | **–** | **40.065** | **40.508** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** |
| **Moeda nacional** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BNDES - BB/ CALC | 164.091 | 29/01/2009 | 148.201 | 17/02/2010 a 15/05/2017 | Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensal | 312 | | 24.693 | 88.172 | 113.177 | 388 | | 21.933 | 96.882 | 119.203 |
| (-) BNDES -CALC - Custos de transação | (205) | 29/01/2009 | (205) | 17/02/2010 a 15/05/2017 | | | | Amortização mensal do custo de transação | | | (30) | (45) | (75) | | | (37) | (75) | (112) |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2481/05 | 1.230 | 30/09/2008 | 924 | 30/12/2016 | Programa Reluz Município de Viana/ES | | 5% a.a. +1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 200 | 602 | 802 | | | 201 | 802 | 1.003 |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2488/05 | 261 | 12/07/2007 | 214 | 30/12/2008 a 30/11/2013 | Programa Reluz Município de Alfredo Chaves/ES | | 5% a.a. +1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 40 | | 40 | | | 43 | 40 | 83 |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2500/05 | 380 | 12/07/2007 | 294 | 30/12/2008 a 30/11/2013 | Programa Reluz Município de Santa Maria de Jetiba/ES | | 5% a.a. +1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 54 | | 54 | | | 60 | 54 | 114 |
| Eletrobrás LPT - ECFS 031/04 | 30.968 | 21/05/2004 | 22.729 | 30/08/2006 a 30/07/2016 | Programa Luz para Todos | | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 2.338 | 6.040 | 8.378 | | | 2.338 | 8.379 | 10.717 |
| Eletrobrás LPT - ECFS 106/05 | 50.304 | 20/11/2005 | 37.114 | 30/05/2008 a 30/04/2018 | Programa Luz para Todos | | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 3.752 | 16.257 | 20.009 | | | 3.752 | 20.009 | 23.761 |
| Eletrobrás LPT - ECFS 181/07 | 75.764 | 25/06/2007 | 44.821 | 30/04/2010 a 30/04/2020 | Programa Luz para Todos | | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 4.529 | 28.685 | 33.214 | | | 4.293 | 31.484 | 35.777 |
| Eletrobrás LPT - ECFS 258/09 | 56.737 | 28/08/2009 | 17.021 | 30/01/2012 a 30/12/2021 | Programa Luz para Todos | | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 1.702 | 13.617 | 15.319 | | | 1.702 | 15.319 | 17.021 |
| Banco do Brasil e Santander - Cédula de Crédito Bancário | 40.400 | 9/02/2007 | 40.400 | 09/08/2007 a 10/02/2014 | Capital de Giro | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 105% do CDI | Principal anual e Juros semestral | 464 | 7.134 | 8.080 | 8.080 | 23.758 | 1.123 | | 8.080 | 16.160 | 25.363 |
| Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial | 135.000 | 24/06/2010 | 135.000 | 29/11/2010 a 29/05/2015 | Capital de Giro | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 100% do CDI | Principal e juros em parcela única no final | 1.919 | 30.295 | 7.000 | 110.500 | 149.714 | 1.226 | 20.597 | 7.000 | 117.500 | 146.323 |
| Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial | 45.000 | 27/05/2011 | 45.000 | 27/05/2011 a 9/05/2014 | Capital de Giro | | 100% do CDI | Principal e juros em parcela única no final | | | | 45.000 | 45.000 | | 3.088 | | 45.000 | 48.088 |
| (-) Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial - Custos de Transação | (2.025) | 24/06/2010 | (2.025) | 29/05/2015 | | | | Custo | | | (392) | (517) | (909) | | | (414) | (909) | (1.323) |
| BNDES - Banco do Brasil | 35.358 | 27/12/2007 | 33.160 | 15/07/2008 a 15/06/2014 | Programa de investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica. | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 3,3% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensal | 27 | | 5.545 | 2.773 | 8.345 | 55 | | 5.545 | 8.317 | 13.917 |
| BNDES - Banco Santander | 35.358 | 27/12/2007 | 33.160 | 15/07/2008 a 15/06/2014 | Programa de investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica. | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 3,3% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensal | 27 | | 5.545 | 2.773 | 8.345 | 55 | | 5.545 | 8.317 | 13.917 |
| Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário | 90.000 | 4/10/2012 | 90.000 | 04/10/2012 a 24/09/2014 | Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária. | | 98,5% do CDI | Principal ao final do contrato e juros semestrais | | 1.327 | | 90.000 | 91.327 | | | | | |
| (–) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação | (1.689) | 4/10/2012 | (1.689) | 04/10/2012 a 24/09/2014 | | | | Amortização mensal do custo de transação | | | (842) | (637) | (1.479) | | | | | |
| | | | | | | | | | **2.749** | **38.756** | **62.214** | **411.300** | **515.019** | **2.847** | **23.685** | **60.041** | **367.279** | **453.852** |

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | | | | | | | | | 31/12/2012 | | | | | 31/12/2011 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Encargos | | Principal | | | Encargos | | Principal | | |
| | Valor contratado | Data da contratação | Valor liberado | Vigência do contrato | Finalidade | *Covenants* | Custo da dívida | Forma de pagamento | Circu-lante | Não circulante | Circu-lante | Não circulante | Total | Circu-lante | Não circulante | Circu-lante | Não circulante | Total |
| **Moeda nacional** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Resultado dos *Swaps* | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| *Goldman Sachs* | Proteção de VC e taxa de juros da dívida junto ao BEI | 9/02/2012 | | 19/02/2012 a 17/02/2018 | *Hedge* frente ao financiamento do BEI. | | 93,40% do CDI | Juros semestral | 810 | | | | 810 | | | | | |
| | | | | | | | | | **810** | – | – | – | **810** | – | – | – | – | – |
| Total | | | | | | | | | **4.002** | **38.756** | **62.214** | **451.365** | **556.337** | **2.847** | **23.685** | **60.041** | **367.279** | **453.852** |

A forma de realização das dívidas é ao custo e do resultado de *Swap* é ao mercado.

**17.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:**

| | Valor líquido em 31/12/2011 | Ingressos | Pagamentos de principal | Pagamentos de juros | Juros provisionados | Transferências | Ajuste a valor de mercado | Custos de transação | Variação monetária e cambial | Valor líquido em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 62.888 | 7.600 | (69.313) | (21.998) | 21.446 | 64.932 | | 661 | | 66.216 |
| | **62.888** | **7.600** | **(69.313)** | **(21.998)** | **21.446** | **64.932** | **–** | **661** | **–** | **66.216** |
| **Não circulante** | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 390.964 | 141.316 | | | 16.779 | (64.932) | (274) | | 6.268 | 490.121 |
| | **390.964** | **141.316** | **–** | **–** | **16.779** | **(64.932)** | **(274)** | **–** | **6.268** | **490.121** |

**17.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):**

| | Tipo de Moeda | | |
|---|---|---|---|
| **Vencimento** | **Nacional** | **Estrangeira** | **Total** |
| Circulante | | | |
| 2013 | 64.963 | 1.253 | 66.216 |
| | **64.963** | **1.253** | **66.216** |
| Não circulante | | | |
| 2014 | 200.724 | | 200.724 |
| 2015 | 171.300 | | 171.300 |
| 2016 | 36.685 | | 36.685 |
| 2017 | 20.260 | | 20.260 |
| 2018 | 9.399 | 40.065 | 49.464 |
| 2019 até 2023 | 11.688 | | 11.688 |
| | **450.056** | **40.065** | **490.121** |
| Total | **515.019** | **41.318** | **556.337** |

## 18 Benefícios pós-emprego

| | Passivo circulante | | Passivo não circulante | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA | 1.730 | 981 | 1.302 | 2.597 |
| Assistência médica e seguro de vida | 17.512 | 10.591 | 339.280 | 174.582 |
| Previdência privada - EnerPrev | 27 | 26 | | |
| | **19.269** | **11.598** | **340.582** | **177.179** |

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas pelo CPC 33. Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos benefícios definidos, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

**18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão**

**18.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável**

• Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

• Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

Esse plano tem a adesão de 661 colaboradores.

| | 2012 | | | 2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor presente das obrigações do plano | Valor justo dos ativos do plano | Restrição de reconhe-cimento de ativo | Valor presente das obrigações do plano | Valor justo dos ativos do plano | Restrição de reconhe-cimento de ativo |
| Saldo inicial | (159.876) | 258.427 | (98.551) | (143.214) | 239.072 | (95.858) |
| Custo do serviço corrente | (394) | | 394 | (113) | | 113 |
| Custo dos juros | (15.699) | | 15.699 | (14.729) | | 14.729 |
| Rendimento esperado dos ativos | | 27.961 | (27.961) | | 27.092 | (27.092) |
| Ganhos/(perdas) atuariais | (26.995) | 6.421 | 20.574 | (13.304) | 3.572 | 9.732 |
| Contribuições pagas pela Companhia | | 210 | (210) | | 175 | (175) |
| Contribuições pagas pelos empregados | (206) | 206 | | (172) | 172 | |
| Benefícios pagos pelo plano | 12.024 | (12.024) | | 11.656 | (11.656) | |
| Saldo final | **(191.146)** | **281.201** | **(90.055)** | **(159.876)** | **258.427** | **(98.551)** |

A apresentação de superavits nos planos previdenciários de Benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Companhia contribuiu no exercício com R$2.882 (R$2.778 em 2011).

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2008 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ajustes de experiência com ativos do plano** | | | | | |
| (Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos | (6.421) | (3.572) | (28.137) | (1.972) | 19.700 |
| Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano | -2,28% | -1,38% | -11,77% | -0,99% | 10,50% |
| **Ajustes de experiência com obrigações do plano** | | | | | |
| (Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações | 26.995 | 13.304 | 7.782 | 9.016 | (8.448) |
| Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano | 14,12% | 8,32% | 5,43% | 6,80% | -7,01% |
| **Situação do plano** | | | | | |
| Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos | (191.146) | (159.876) | (143.214) | (132.626) | (120.453) |
| Valor justo dos ativos | 281.201 | 258.427 | 239.072 | 200.084 | 187.553 |
| **Situação do plano** | **90.055** | **98.551** | **95.858** | **67.458** | **67.100** |

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

| **Classe de ativo** | 31/12/2012 Alocação % | 31/12/2011 Alocação % |
|---|---|---|
| Títulos de dívida | 91,09% | 90,80% |
| Ações | 7,60% | 7,76% |
| Imóveis | 0,44% | 0,50% |
| Outros | 0,87% | 0,94% |
| **Total** | **100,00%** | **100,00%** |

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

| | 2012 | | 2011 | |
|---|---|---|---|---|
| **Classe de ativo** | Meta de alocação | Expectativa de retorno | Meta de alocação | Expectativa de retorno |
| Títulos de dívida | 82,40% | 10,22% | 82,40% | 10,84% |
| Ações | 14,40% | 16,27% | 14,40% | 16,31% |
| Imóveis | 0,60% | 10,01% | 0,60% | 10,77% |
| Outros | 2,60% | 10,77% | 2,60% | 10,77% |
| Total | **100,00%** | **11,10%** | **100,00%** | **11,63%** |

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R$34.382 (R$30.644 em 2011), face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R$27.961 (R$27.092 em 2011), ocasionando assim um ganho atuarial de R$6.421 (R$3.572 em 2011) não registrados no Patrimônio líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superavit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

| | Plano I | Plano II | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|---|
| Participantes ativos | 2 | 723 | 725 | 802 |
| Participantes assistidos | | | | |
| Com benefícios diferidos | | 15 | 15 | 11 |
| Aposentados e pensionistas | 719 | 214 | 933 | 941 |
| | **719** | **229** | **948** | **952** |
| Total | **721** | **952** | **1.673** | **1.754** |

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

| | 2012 | |
|---|---|---|
| **Econômicas** | **Plano I** | **Plano II** |
| Taxa de desconto - nominal | 9,30% a.a. | 9,30% a.a. |
| Taxa de retorno esperado dos ativos | 11,10% a.a. | 11,10% a.a. |
| | 6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. | 6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. |
| Crescimentos salariais futuros | a partir de 2017 | a partir de 2017 |
| Crescimento dos planos de benefícios | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. |
| Inflação | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. |
| **Demográficas** | | |
| Tábua de mortalidade | AT 2000 | AT 2000 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled |
| Tábua de entrada em invalidez | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 |

| | 2011 | |
|---|---|---|
| **Econômicas** | **Plano I** | **Plano II** |
| Taxa de desconto - nominal | 10,25% a.a. | 10,25% a.a. |
| Taxa de retorno esperado dos ativos | 11,63% a.a. | 11,63% a.a. |
| | 7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. | 7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. |
| Crescimentos salariais futuros | a partir de 2016 | a partir de 2016 |
| Crescimento dos planos de benefícios | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. |
| Inflação | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. |
| **Demográficas** | | |
| Tábua de mortalidade | AT 2000 | RP 2000 Gerational |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled |
| Tábua de entrada em invalidez | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 |

**18.1.2 Contribuição definida**

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado, através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$650 (R$460 em 31 de dezembro de 2011).

Esse plano tem a adesão de 243 colaboradores.

**18.2 Auxílio incentivo à aposentadoria, Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido**

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado a seguir na movimentação do período do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

| | 2012 | | 2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor presente das obrigações do plano | (Passivo) reconhecido | Valor presente das obrigações do plano | (Passivo) reconhecido |
| Saldo inicial reconhecido | (188.751) | (188.751) | (96.725) | (96.725) |
| Custo do serviço corrente | (2.331) | (2.331) | (1.366) | (1.366) |
| Custo dos juros | (21.565) | (21.565) | (13.220) | (13.220) |
| Custo do serviço passado | (2.596) | (2.596) | (2.596) | (2.596) |
| Custo especial por término de benefício | (130) | (130) | | |
| Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL | (163.650) | (163.650) | (86.631) | (86.631) |
| Benefícios pagos diretamente pela Companhia | 19.199 | 19.199 | 11.787 | 11.787 |
| Saldo final reconhecido | **(359.824)** | **(359.824)** | **(188.751)** | **(188.751)** |
| Custo do serviço passado não reconhecido | (25.237) | | (27.833) | |
| Valor presente das obrigações atuariais | **(385.061)** | **(359.824)** | **(216.584)** | **(188.751)** |

A Companhia iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 10 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados, porém, de acordo com a Instrução CVM nº 695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

A perda atuarial de R$163.650 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de inflação médica e a mudança na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R$86.631.

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios para o exercício de 2013 são de R$19.242.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2012 e 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

| | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Custo do serviço corrente | 2.331 | 1.366 |
| Custo dos juros | 21.565 | 13.220 |
| Custo do serviço passado | 2.596 | 2.596 |
| Custo especial por término de benefício | 130 | |
| Total | **26.622** | **17.182** |

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R$208.735 (R$100.726 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2011).

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2008 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ajustes de experiência com obrigações do plano** | | | | | |
| (Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações | 163.650 | 86.631 | 33.765 | 25.182 | (10.884) |
| Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano | 42,50% | 40,00% | 26,55% | 33,56% | -19,64% |
| Situação do plano | | | | | |
| Valor presente das obrigações totalmente descobertas | (385.061) | (216.584) | (127.154) | (75.040) | (55.428) |
| Situação do plano | **(385.061)** | **(216.584)** | **(127.154)** | **(75.040)** | **(55.428)** |

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

| Assistência Médica na Aposentadoria | Pressupostos centrais | Variação nas taxas de tendência dos custos médicos +1% | -1% |
|---|---|---|---|
| Obrigação de Benefício definido | 358.141 | 406.823 | 317.582 |
| Custo do Serviço e Custo dos juros | 25.358 | 28.657 | 22.677 |

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

| 2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Econômicas** | **AIA** | **Assistência Médica** | **Seguro de Vida** | **Outros benefícios a aposentados** |
| Taxa de desconto - nominal | 9,30% a.a. | 9,30% a.a. | 9,30% a.a. | 9,30% a.a. |
| Crescimentos salariais futuros | 6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017 | n/a | n/a | 6,90% a.a. |
| Crescimento dos planos de benefícios | 5,00% a.a. | n/a | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. |
| Inflação médica de longo prazo | n/a | 11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2024 | n/a | n/a |
| Inflação | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. |
| Fator de envelhecimento | n/a | 1,50% a.a. | n/a | n/a |
| **Demográficas** | | | | |
| Tábua de mortalidade | RP 2000 Gerational | RP 2000 Gerational | RP 2000 Gerational | RP 2000 Gerational |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled |
| Tábua de entrada em invalidez | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 | n/a | Wyatt 85 Class 1 |

| 2011 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Econômicas** | **AIA** | **Assistência Médica** | **Seguro de Vida** | **Outros benefícios a aposentados** |
| Taxa de desconto - nominal | 10,25% a.a. | 10,25% a.a. | 10,25% a.a. | 10,25% a.a. |
| Crescimentos salariais futuros | 7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016 | n/a | n/a | 7,59% a.a. |
| Crescimento dos planos de benefícios | 4,50% a.a. | n/a | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. |
| Inflação médica de longo prazo | n/a | 11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023 | n/a | n/a |
| Inflação | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. |
| Fator de envelhecimento | n/a | 1,50% a.a. | n/a | n/a |
| **Demográficas** | | | | |
| Tábua de mortalidade | RP 2000 Gerational | RP 2000 Gerational | RP 2000 Gerational | RP 2000 Gerational |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled |
| Tábua de entrada em invalidez | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 | n/a | Wyatt 85 Class 1 |

## 19 Obrigações estimadas com pessoal

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| Folha de pagamento | 15.918 | 15.708 |
| INSS e FGTS | 2.995 | 2.732 |
| Total | **18.913** | **18.440** |

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas as provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

## 20 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

| | Nota | Saldo em 31/12/2011 | Adições | Atualização Monetária | Pagamentos | Baixas | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Quota de reserva global de reversão - RGR | | 11.351 | 28.415 | | (36.219) | | 3.547 |
| Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC | | 9.556 | 96.636 | | (101.145) | | 5.047 |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | | 6.655 | 86.763 | | (86.188) | | 7.230 |
| Encargos tarifários (ECE/EAEEE) | 5.4 | 28.721 | 15 | | | | 28.736 |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | 20.1 | 18.268 | 8.498 | 627 | (4.717) | (1.359) | 21.317 |
| Programa de eficiência energética - PEE | 20.1 | 43.613 | 8.479 | 329 | | (20.740) | 31.681 |
| Taxa de fiscalização - ANEEL | | 353 | 4.282 | | (4.272) | | 363 |
| Outros encargos | 20.2 | 622 | 5.087 | | (4.707) | | 1.002 |
| Total | | **119.139** | **238.175** | **956** | **(237.248)** | **(22.099)** | **98.923** |
| Circulante | | 113.780 | | | | | 91.196 |
| Não circulante | | 5.359 | | | | | 7.727 |
| | | **119.139** | | | | | **98.923** |

**20.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE**

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso (Nota 10.2), e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

**20.2 Outros encargos**

A Lei nº 12.111/09, regulamentada pelos Ofícios circulares nº 965/10-SFF/ANEEL e nº 648/10-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida exigidas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012 utilizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional.

## 21 Provisões

| | Circulante 31/12/2012 | Circulante 31/12/2011 | Não circulante 31/12/2012 | Não circulante 31/12/2011 |
|---|---|---|---|---|
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 1.255 | 3.600 | 50.121 | 34.920 |
| Licenças ambientais | 82 | 81 | 10 | 3 |
| **Total** | **1.337** | **3.681** | **50.131** | **34.923** |

**21.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

**21.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

| | Passivo | | | | | | | | Ativo | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Baixas | | | | | Depósito Judicial (Nota 9) | |
| | Instâncias | Saldo em 31/12/2011 | Adições | Pagamentos | Reversões | Atualizações Monetárias | Reclassificação | Saldo em 31/12/2012 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Trabalhistas | 1ª, 2ª e 3ª | 29.973 | 14.469 | (7.172) | (4.044) | 6.028 | | 39.254 | 21.230 | 20.501 |
| Cíveis | 1ª, 2ª, 3ª e Adm | 8.263 | 8.460 | (5.040) | (1.643) | 1.071 | (3.601) | 7.510 | 3.797 | 3.518 |
| Fiscais | 1ª, 2ª, 3ª e Adm | 284 | 12 | | | 749 | | 1.045 | 995 | |
| Outros | | | 2.312 | (3.165) | | 819 | 3.601 | 3.567 | | |
| Total | | **38.520** | **25.253** | **(15.377)** | **(5.687)** | **8.667** | **–** | **51.376** | **26.022** | **24.019** |
| Circulante | | 3.600 | | | | | | 1.255 | | |
| Não circulante | | 34.920 | | | | | | 50.121 | | |
| Total | | **38.520** | | | | | | **51.376** | | |

**21.1.1.1 Trabalhistas**

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

**21.1.1.2 Cíveis**

Do valor de R$7.510 em 31 de dezembro de 2012 (R$8.263 em 31 de dezembro de 2011), R$2.644 em 31 de dezembro de 2012 (em 31 de dezembro de 2011 não existia saldo provisionado) referem-se, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

**21.1.1.3 Fiscais**

A Companhia possui discussões judiciais relativas à exigência de ISSQN e IPTU avaliadas como perda provável, cuja provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R$321 (R$284 em 31 de dezembro de 2011).

Também discute multa aplicada pelo INSS com risco estimado em 31 de dezembro de 2012 no valor de R$723 (em 31 de dezembro de 2011 não havia essa provisão). O processo encontra-se aguardando decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

**21.1.1.4 Outros**

O saldo apresentado nesta rubrica inclui autos de infração editados pela ANEEL em processo de fiscalização que encontram-se em fase de recurso pela Companhia, no valor de R$1.255.

**21.1.2 Risco de perda possível**

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

| | | Passivo | | Ativo Depósito Judicial (Nota 9) | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Instâncias | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Trabalhistas | 1ª,2ª e 3ª | 71.689 | 53.131 | 4.401 | 4.367 |
| Cíveis | 1ª,2ª,3ª e Adm | 46.774 | 49.140 | 881 | 790 |
| Fiscais | 1ª,2ª,3ª e Adm | 140.016 | 100.753 | 983 | 1.208 |
| Outros | | 101 | | | |
| Total | | **258.580** | **203.024** | **6.265** | **6.365** |

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

**21.1.2.1 Cíveis**

A Companhia é parte na ação cível pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivos, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A Companhia aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R$21.608 (R$18.277 em 31 de dezembro de 2011).

**21.1.2.2 Trabalhistas**

Dentre as diversas ações de reclamações trabalhistas destacam-se 28 processos, envolvendo diversos colaboradores, os quais questionam as alterações realizadas no plano de cargos e salários, entre os anos de 2002 e 2006. Em 26 destes processos, a matéria está em discussão no Tribunal Superior do Trabalho, havendo ainda expectativa de decisões judiciais favoráveis à Companhia. Em 2 processos, por questões processuais, houve trânsito em julgado, mas ainda não houve materialização da sentença. O montante estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R$27.217 (R$21.653 em 31 de dezembro de 2011).

**21.1.2.3 Fiscais**

A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Escelsa; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. O valor dessas notificações em 31 de dezembro de 2012 é de R$7.401 (R$9.205 em 31 de dezembro de 2011) e atualmente aguardam decisão administrativa.

Diversas Prefeituras - A Escelsa discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos em 31 de dezembro de 2012 totalizam o montante de R$9.363 (R$8.654 em 31 de dezembro de 2011) e aguardam decisão em primeira instância.

A Escelsa possui, ainda, discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE), no valor de R$102.670 em 31 de dezembro de 2012 (R$78.209 em 31 de dezembro de 2011).

**21.1.3 Risco de perda remota**

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 é de R$2.559 (R$5.787 em 31 de dezembro de 2011).

## 22 Patrimônio líquido

**22.1 Capital social**

O capital social é de R$376.022 em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e está representado por 5.876.012 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

**22.2 Destinação do lucro**

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado, o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 9 de abril de 2012, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R$51.781 e JSCP no valor de R$44.783 referentes ao exercício de 2011 ambos pagos em novembro de 2012, sem ajuste, ao acionista titular de ações ordinárias da Companhia na data-base da Assembleia Geral Ordinária.

| | 31/12/2012 |
|---|---|
| Lucro líquido apurado no exercício | 156.952 |
| Lucro líquido ajustado | **156.952** |
| Constituição da reserva legal - 5% | **(7.848)** |
| | 149.104 |
| Destinação do lucro: | **149.104** |
| Reserva de incentivo fiscal - SUDENE | 1.900 |
| Dividendos intermediários - JSCP | 44.821 |
| Reserva de lucros | 102.383 |
| Quantidade de ações | **5.876.012** |
| Dividendos por ação - R$ - JSCP | **7,62779** |

Em 18 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$44.821, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

| **22.3 Reservas** | Nota | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| Reservas de capital | | | |
| Juros de obras em andamento | | 65.687 | 65.687 |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora | | 35.348 | 35.348 |
| | | **101.035** | **101.035** |
| Reservas de lucros | | | |
| Legal | | 69.547 | 61.699 |
| Retenção de lucros | | 284.980 | 212.597 |
| Dividendo adicional proposto | | | 51.781 |
| Outras reservas de lucros | 22.3.2 | (208.735) | (100.726) |
| Incentivos fiscais | | 8.272 | 6.372 |
| | | **154.064** | **231.723** |
| Total | | **255.099** | **332.758** |

**22.3.1 Juros de obras em andamento**

Essas reservas de capital foram constituídas basicamente por despesa de remuneração das imobilizações em curso, decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e principalmente através da Portaria DNAEE nº 250/85, tendo sido registrada em contrapartida às reservas de capital no Patrimônio líquido.

**22.3.2 Outros resultados abrangentes**

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

| | Saldo em 31/12/2011 | Ganhos | Perdas | Provisão IRPJ/CSLL | Transferência para reserva de lucro | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego | – | 9 | (163.659) | 55.641 | 108.009 | – |
| | **–** | **9** | **(163.659)** | **55.641** | **108.009** | **–** |

**22.3.3 Reserva de retenção de lucros**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

Em 19 de dezembro de 2012, foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária a distribuição de parcela de lucros retidos no valor de R$30.000, pagos integralmente no dia 20 de dezembro de 2012.

**22.3.4 Reserva de incentivos fiscais**

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor Dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07.

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 23 Receitas

| | Nº de consumidores (*) | | MWh (*) | | R$ | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 Reclassificado |
| **Fornecimento (**)** | | | | | | |
| Residencial | 1.035.279 | 996.704 | 1.962.700 | 1.866.962 | 731.579 | 635.202 |
| Industrial | 11.499 | 11.429 | 1.111.320 | 1.095.160 | 328.034 | 295.410 |
| Comercial | 113.492 | 111.333 | 1.302.270 | 1.197.163 | 457.177 | 388.262 |
| Rural | 160.592 | 155.484 | 622.968 | 582.139 | 130.855 | 114.206 |
| Poder público | 9.857 | 9.732 | 244.774 | 223.985 | 97.091 | 81.013 |
| Iluminação pública | 389 | 369 | 234.620 | 224.250 | 42.778 | 37.893 |
| Serviço público | 1.133 | 1.093 | 177.289 | 168.016 | 42.943 | 38.721 |
| Consumo próprio | 172 | 169 | 8.598 | 8.555 | | |
| (–) Transferência para TUSD - clientes cativos | | | | | (1.018.441) | (887.840) |
| Fornecimento não Faturado | | | | | 16.841 | 7.190 |
| | **1.332.413** | **1.286.313** | **5.664.539** | **5.366.230** | **828.857** | **710.057** |
| **Suprimento de energia elétrica** | 1 | 1 | 509.449 | 450.398 | 59.920 | 54.686 |
| **Energia de curto prazo** | | | 290.321 | 528.959 | 56.025 | 16.646 |
| | **1** | **1** | **799.770** | **979.357** | **115.945** | **71.332** |
| **Total Fornecimento e suprimento** | **1.332.414** | **1.286.314** | **6.464.309** | **6.345.587** | **944.802** | **781.389** |
| Disponibilização do | | | | | | |
| Sistema de Distribuição (**) | **67** | **47** | **3.955.871** | **4.001.396** | **1.302.003** | **1.162.198** |
| TUSD - outros | 67 | 47 | 3.955.871 | 4.001.396 | 285.249 | 275.348 |
| TUSD - clientes cativos | | | | | 1.018.441 | 887.840 |
| TUSD - não faturado | | | | | (1.687) | (990) |
| Receita de construção | | | | | 136.990 | 129.665 |
| Outras receitas operacionais | | | | | 37.375 | 54.003 |
| **Subtotal** | **1.332.481** | **1.286.361** | **10.420.180** | **10.346.983** | **2.421.170** | **2.127.255** |
| (–) Deduções à receita operacional | | | | | | |
| P&D | | | | | (16.977) | (15.012) |
| Outros encargos | | | | | (19.512) | (17.214) |
| CCC | | | | | (96.636) | (104.894) |
| CDE | | | | | (86.763) | (79.858) |
| RGR | | | | | (28.415) | (23.848) |
| PIS/COFINS | | | | | (267.255) | (237.847) |
| ICMS | | | | | (733) | (676) |
| ISS | | | | | (174) | (157) |
| **Subtotal** | **–** | **–** | **–** | **–** | **(516.465)** | **(479.506)** |
| **Receita** | **1.332.481** | **1.286.361** | **10.420.180** | **10.346.983** | **1.904.705** | **1.647.749** |

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

(**) As receitas de fornecimento e disponibilização de sistema de distribuição (TUSD) estão apresentadas líquidas de ICMS.

## 24 Gastos operacionais

| | 2012 | | | | | | | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo do serviço | | | | Despesas Operacionais | | | |
| | Com energia elétrica | De operação | Prestado a terceiros | Com vendas | Gerais e administrativas | Outras | Total | Total Reclassificado |
| Não gerenciáveis | | | | | | | | |
| Moeda estrangeira - Itaipu | 163.932 | | | | | | 163.932 | 140.889 |
| Moeda nacional | 787.075 | | | | | | 787.075 | 593.719 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 230.233 | | | | | | 230.233 | 199.340 |
| Taxa de fiscalização | | | | | | 4.282 | 4.282 | 4.313 |
| | **1.181.240** | **–** | **–** | **–** | **–** | **4.282** | **1.185.522** | **938.261** |
| Gerenciáveis | | | | | | | | |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | | 71.035 | 87 | | 31.400 | | 102.522 | 105.576 |
| Material | | 8.084 | 567 | | 1.085 | | 9.736 | 9.498 |
| Serviços de terceiros | | 96.327 | 2.260 | | 38.433 | | 137.020 | 124.666 |
| Amortização | | 97.928 | | | 203 | | 98.131 | 96.546 |
| Provisão p/créd.liq. duvidosa/perdas líquidas | | | | 19.870 | | | 19.870 | 17.565 |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | | | | | | 19.542 | 19.542 | 7.387 |
| Aluguéis e arrendamentos | | 15 | | | 1.313 | | 1.328 | 1.116 |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens | | | | | | 11.781 | 11.781 | 19.104 |
| Valor justo do ativo financeiro indenizável | | | | | | (77.905) | (77.905) | |
| Custo com construção da infraestrutura | | | 136.990 | | | | 136.990 | 129.665 |
| Outras | | 1.563 | | 1.656 | 6.386 | 1.087 | 10.692 | 21.369 |
| | | **– 274.952** | **139.904** | **21.526** | **78.820** | **(45.495)** | **469.707** | **532.492** |
| Total | **1.181.240** | **274.952** | **139.904** | **21.526** | **78.820** | **(41.213)** | **1.655.229** | **1.470.753** |

## 25 Resultado financeiro

| | Nota | 2012 | 2011 Reclassificado |
|---|---|---|---|
| Receitas financeiras | | | |
| Renda de aplicações financeiras | | 3.417 | 8.000 |
| Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida | | 35.968 | 31.213 |
| Operações de *swap* e *hedge* | | 4.588 | |
| Atualização monetária depósitos judiciais | | 118 | (5.738) |
| Atualização monetária depósitos judiciais - REFIS | | 4.045 | 7.481 |
| SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis | | 14.035 | 5.722 |
| Marcação a mercado - MTM | | 274 | |
| Descontos obtidos | | 663 | 600 |
| Ajustes a valor presente | | 352 | |
| Outras receitas financeiras | | 2.527 | 5.423 |
| | | **65.987** | **52.701** |
| Despesas financeiras | | | |
| Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada | | (1.680) | (94) |
| Encargos de dívidas | | (56.213) | (74.732) |
| Variações monetárias moeda nacional | | (34) | (26) |
| Variações monetárias moeda estrangeira | | (6.285) | (5.498) |
| Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas | | (7.249) | (3.896) |
| SELIC - Energia Livre | 15.1 | (2.504) | (3.069) |
| Atualizações monetárias - REFIS | 6 | (2.597) | 11.320 |
| Ajustes a valor presente | | | (1.184) |
| Benefícios pós-emprego | | (21.775) | (13.353) |
| (-) Juros capitalizados | | 4.643 | 9.117 |
| Outras despesas financeiras | | (9.770) | (14.146) |
| | | **(103.464)** | **(95.561)** |
| Total | | **(37.477)** | **(42.860)** |

## 26 Imposto de renda e contribuição social

| | Imposto de Renda | | Contribuição Social | |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Lucro antes do IRPJ e CSLL | 211.999 | 134.136 | 211.999 | 134.136 |
| Alíquota | 25% | 25% | 9% | 9% |
| IRPJ e CSLL | (53.000) | (33.534) | (19.080) | (12.072) |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva | | | | |
| Doações | (171) | (105) | (61) | (38) |
| Perdas indedutíveis | (482) | (6.526) | (173) | (2.349) |
| Multas indedutíveis | (2) | (6) | (1) | (2) |
| Despesas indedutíveis | (181) | (143) | (65) | (52) |
| Gratificações a administradores | (221) | (143) | (79) | (51) |
| Pesquisa e desenvolvimento | | 257 | | 92 |
| Programa REFIS | | 4.582 | | 1.649 |
| Juros sobre o capital próprio | 11.205 | 11.196 | 4.034 | 4.030 |
| Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior | 283 | 192 | 72 | 86 |
| Adicional IRPJ | 24 | 24 | | |
| Programa de alimentação do trabalhador | 403 | 158 | | |
| Incentivo cultural e artístico | 368 | 337 | | |
| Doações a atividades de caráter desportivo | 90 | | | |
| Doações aos Fds direitos da criança e do adolescente | 90 | | | |
| SUDENE | 1.900 | 2.258 | | |
| Despesa de IRPJ e CSLL | **(39.694)** | **(21.453)** | **(15.353)** | **(8.707)** |
| Alíquota efetiva | 18,72% | 15,99% | 7,24% | 6,49% |

## 27 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

| | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia | 156.952 | 103.976 |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) | 5.876 | 5.876 |
| Resultado básico e diluído por ações (reais/ação) | **26,71063** | **17,69499** |

## 28 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

### 28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

### 28.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuirem realização no curto prazo.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, exceto para determinados empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que neste caso, o valor contábil pode diferir do seu valor justo.

| | Valor justo | | Valor contábil | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| **Ativos financeiros** | | | | |
| **Circulante** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 85.502 | 105.726 | 85.502 | 105.726 |
| Consumidores e concessionárias | 437.189 | 338.851 | 437.189 | 338.851 |
| Cauções e depósitos vinculados | 135 | 4 | 135 | 4 |
| **Não circulante** | | | | |
| Ativo financeiro indenizável | 451.444 | 274.735 | 451.444 | 274.735 |
| Consumidores e concessionárias | 8.931 | 10.714 | 8.931 | 10.714 |
| Partes relacionadas | 777 | 20 | 777 | 20 |
| Cauções e depósitos vinculados | 115 | 341 | 115 | 341 |
| Outros créditos - Derivativos | 6.297 | | 6.297 | |
| | **990.390** | **730.391** | **990.390** | **730.391** |
| **Passivos financeiros** | | | | |
| **Circulante** | | | | |
| Fornecedores | 306.320 | 226.598 | 306.320 | 226.598 |
| Debêntures | 83.189 | 83.098 | 83.189 | 83.098 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 66.172 | 59.688 | 66.216 | 62.888 |
| **Não circulante** | | | | |
| Debêntures | 83.305 | 166.494 | 83.305 | 166.494 |
| Empréstimos e financiamentos | 489.796 | 371.068 | 490.121 | 390.964 |
| Partes relacionadas | 3.044 | 820 | 3.044 | 820 |
| | **1.031.826** | **907.766** | **1.032.195** | **930.862** |

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A Companhia reconhece na rubrica Ativo financeiro indenizável um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

Para Consumidores e concessionárias, o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro da Companhia.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos decorrente de operações de participação em leilão de energia.

Os Derivativos são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo através de políticas adotadas pela Administração da Companhia para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. Sua evidenciação está descrita na nota 28.6 - Instrumentos Financeiros derivativos.

O saldo de Fornecedores é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

As Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimo.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Classificação dos instrumentos financeiros:

| | 31/12/2012 | | | | | 31/12/2011 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros** | **Empréstimos e recebíveis** | **Valor justo por meio do resultado** | **Mantidos até o vencimento** | **Disponíveis para venda** | **Total** | **Empréstimos e recebíveis** | **Valor justo por meio do resultado** | **Mantidos até o vencimento** | **Total** |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 85.502 | | | 85.502 | | 105.726 | | 105.726 |
| Ativo financeiro indenizável | | | | 451.444 | 451.444 | 274.735 | | | 274.735 |
| Consumidores e concessionárias | 446.120 | | | | 446.120 | 349.565 | | | 349.565 |
| Cauções e depósitos vinculados | | | 250 | | 250 | | | 345 | 345 |
| Partes relacionadas | 777 | | | | 777 | 20 | | | 20 |
| Outros Créditos - Derivativos | | 6.297 | | | 6.297 | | | | |
| | **446.897** | **91.799** | **250** | **451.444** | **990.390** | **624.320** | **105.726** | **345** | **730.391** |

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| **Passivos financeiros** | **Outros ao custo amortizado** | **Outros ao custo amortizado** |
| Fornecedores | 306.320 | 226.598 |
| Debêntures | 166.494 | 249.592 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 556.337 | 453.852 |
| Partes relacionadas | 3.044 | 820 |
| | **1.032.195** | **930.862** |

Em 2012, a Companhia reclassificou a rubrica Ativo financeiro indenizável da categoria empréstimos e recebíveis para a categoria disponível para venda. Este instrumento financeiro é o direito a indenização ao término da concessão (nota 11).

A mensuração foi realizada a partir do laudo de avaliação desses ativos emitido pelo Poder Concedente. Dessa forma o ativo passou a ser medido pelo valor justo, anteriormente avaliado pelo custo amortizado.

As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

| | Mensuração do valor justo | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2012** | **Mercados idênticos Nível 1** | **Mercados similares Nível 2** | **Mercados similares Nível 3** |
| **Ativos financeiros** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 85.502 | 55.145 | 30.357 | |
| Ativo financeiro indenizável | 451.444 | | | 451.444 |
| Outros Créditos - Derivativos | 6.297 | | 6.297 | |
| | **543.243** | **55.145** | **36.654** | **451.444** |

### 28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto à praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 16 e 17, possuem como contraparte o BEI, BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil, o Banco Santander e o Citibank. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP, ao CDI, ao Dólar e à Libor.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente - para a Companhia - Dólar e Euro, são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* e *swaps* para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

#### 28.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

| | | *Aging* cenário provável | | | Cenário (I) | Cenário (II) | Cenário (III) | Cenário (IV) | Cenário (V) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Risco** | **Até 1 ano** | **2 a 5 anos** | **Acima de 5 anos** | **Provável** | **Aumento do risco em 25%** | **Aumento do risco em 50%** | **Redução do risco em 25%** | **Redução do risco em 50%** |
| Instrumentos financeiros ativos | CDI | 2.149 | | | 2.149 | 537 | 1.075 | (537) | (1.075) |
| Instrumentos financeiros passivos | CDI | (37.964) | (21.899) | | (59.863) | (14.966) | (29.932) | 14.966 | 29.932 |
| Instrumentos financeiros derivativos | CDI | (2.816) | (11.019) | (222) | (14.057) | (3.514) | (7.029) | 3.514 | 7.029 |
| | | **(38.631)** | **(32.918)** | **(222)** | **(71.771)** | **(17.943)** | **(35.886)** | **17.943** | **35.886** |
| **Operação** | **Risco** | | | | | | | | |
| Instrumentos financeiros passivos | TJLP | (7.279) | (9.400) | (84) | (16.763) | (4.191) | (8.382) | 4.191 | 8.382 |
| | | **(7.279)** | **(9.400)** | **(84)** | **(16.763)** | **(4.191)** | **(8.382)** | **4.191** | **8.382** |
| **Operação** | **Risco** | | | | | | | | |
| Instrumentos financeiros passivos | Dólar | | | | | (12.534) | (25.068) | 12.534 | 25.068 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Dólar | | | | | 12.534 | 25.068 | (12.534) | (25.068) |
| | | – | – | – | – | – | – | – | – |
| **Operação** | **Risco** | | | | | | | | |
| Instrumentos financeiros passivos | Libor - 6M | (884) | (12.640) | (324) | (13.848) | (2.866) | (5.732) | 2.866 | 5.732 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Libor - 6M | 884 | 12.640 | 324 | 13.848 | 2.866 | 5.732 | (2.866) | (5.732) |
| | | – | – | – | – | – | – | – | – |

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Libor e Dólar estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; TJLP entre 5,00% e 5,50%; Libor 6M entre 0,55% e 4,55%; e Dólar entre 1,81 e 1,85.

### 28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Consumidores e concessionárias (Nota 5) e Ativo financeiro indenizável (Nota 11). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição.

### 28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. As regras para composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia. Pode-se levar em face a composição de 11,5% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 5.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras.

A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

### 28.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos da Companhia foram registradas no resultado.

O valor justo dos derivativos da Companhia é calculado internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa.

| | 31/12/2012 |
|---|---|
| | ***Swaps*** |
| **Ponta ativa** | |
| Libor + 1,275% a.a. | 40.368 |
| | **40.368** |
| **Ponta passiva** | |
| 93,40% do CDI | 34.881 |
| | **34.881** |
| Total | **5.487** |

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pela Companhia no exercício são:

**Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos**

| | Resultado Financeiro 31/12/2012 |
|---|---|
| **Derivativos com propósito de proteção** | |
| Riscos cambiais | 4.588 |
| Total | **4.588** |

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

| **Vencimento** | **Derivativos líquido** |
|---|---|
| Após 2014 | 5.487 |
| Receber | **5.487** |

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício, assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| Descrição | Contraparte | Início | Vencimento | Posição | Nocional USD 31/12/2012 | Nocional R$ 31/12/2012 | Valor Justo 31/12/2012 | Efeitos no Resultado 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Swap*** | | | | | | | | |
| Ativo | Banco Goldman Sachs | 09/02/2012 | 20/02/2018 | Libor 6M + 1,275 % a.a. | 19.740 | 34.071 | 40.368 | 4.588 |
| Passivo | | | | 93,40% do CDI | | | 34.881 | |
| | | | | | **19.740** | **34.071** | **5.487** | **4.588** |

**29 Compromissos contratuais e Garantias**

**29.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e outros passivos de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

| | | 31/12/2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Total | Até 1 ano | Entre 1 a 3 anos | Entre 3 a 5 anos | Acima de 5 anos |
| Dividas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos | 16 e 17 | 722.831 | 149.405 | 492.014 | 76.497 | 4.915 |
| Responsabilidades com locações operacionais | | 20.139 | 11.237 | 8.902 | | |
| Obrigações de compra | | 12.299.157 | 1.315.428 | 3.008.083 | 2.360.646 | 5.615.000 |
| Licenças ambientais | 21 | 92 | 83 | 9 | | |

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As dívidas financeiras de curto e longo prazo incluem juros vincendos correspondentes aos saldos de empréstimos, debêntures e respectivos juros vincendos, contraído junto a entidades bancárias, empréstimos por obrigações não conversíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vincendos foram calculados considerando a taxa de juros em vigor em 31 de dezembro de 2012.

**29.2 Garantias**

| Tipo de garantia oferecida | 31/12/2012 Valor | 31/12/2011 Valor |
|---|---|---|
| Aval de acionista | 91.170 | 30.165 |
| Depósito Caucionado | 250 | 345 |
| Fiança Bancária | 172.101 | 119.064 |
| Garantias em recebíveis | 146.778 | 134.891 |
| Notas Promissórias | 77.816 | 80.839 |

**Aval de acionista:** O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

**Depósito Caucionado:** são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia para participação nos Leilões de energia da ANEEL.

**Fiança Bancária:** é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo das garantias com fianças bancárias refere-se: (i) R$25.941 de ações judiciais; (ii) R$103.230 de ações tributárias; (iii) R$4.155 de contratos de compra e venda de energia; (iv) R$38.775 de contratos de empréstimos e financiamentos.

**Garantias em recebíveis:** o artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo, com prazo médio de vencimento superior a cinco anos, destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Em 31 de dezembro de 2012, do saldo dado como garantia em recebíveis, R$63.571 refere-se aos contratos de compra e venda de energia, R$13.769 aos contratos de uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão e R$69.438 aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**Notas Promissórias:** é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro. O saldo de Notas Promissórias, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**30 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a capitalização de encargos de dívidas ao intangível no valor de R$4.643, atividade esta que não envolveu movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

**31 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

| | 31/12/2012 |
|---|---|
| Subestações | 446.252 |
| Prédios e conteúdos (próprios) | 40.182 |
| Prédios e conteúdos (terceiros) | 4.865 |
| Transportes (materiais) | 2.500 |
| Transportes (veículos) | 1.600 |
| Acidentes pessoais | 91.170 |

A controladora EDP - Energias do Brasil, detém a controlada Escelsa como cossegurada em sua apólice de seguro de Responsabilidade civil.

**32 Eventos subsequentes**

**32.1 Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12).**

O ano de 2012 foi marcado por significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica, entre elas, a Medida Provisória n° 579, de 11 de setembro de 2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013. A redução média prevista para todo o Brasil era de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Renovação das Concessões (13%) e Encargos Setoriais (7%).

A Medida Provisória nº 579/2012 que resultou na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (art. 19 da Lei nº 9.074/1995) e que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderão prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração alcançadas pela Lei deverão disponibilizar sua garantia física de energia para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia. Por sua vez, as concessionárias de transmissão, atingidas pela MP 579/12, terão considerados em sua tarifa, somente os custos de operação e manutenção, encargos e tributos, já que os ativos vinculados à prestação do serviço estarão totalmente amortizados.

No que se refere aos Encargos Setoriais, as cotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR deixará de ser cobrada dos consumidores e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE será inicialmente reduzida em 75% de seu valor atual.

O Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013 estabeleceu uma maior abrangência para a aplicação dos recursos da CDE, os quais poderão ser utilizados para subsidiar os descontos tarifários previstos em lei, como a tarifa social baixa renda, rural, água, esgoto e saneamento, irrigantes, entre outros. Desse modo, a diferença auferida de receita, devido aos descontos concedidos, não será mais ressarcida por meio das tarifas dos demais consumidores.

Em 24 de janeiro de 2013 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, específica para o ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais, de todas as distribuidoras de energia. Assim, simultaneamente serão reduzidos os custos não gerenciáveis e as tarifas de fornecimento, não havendo impactos na margem das distribuidoras. Estes efeitos serão percebidos pelos consumidores a partir do final de janeiro de 2013. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

i) Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessões renovadas;
ii) Redução dos custos de transmissão;
iii) Redução dos encargos setoriais; e
iv) Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional.

**32.2 Captação de Empréstimos**

Em 15 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo nas modalidades de Crédito Rural e Agronegócio, no valor de R$34.000 cada, totalizando R$68.000. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 98,50% do CDI e de 105,50% do CDI, respectivamente, com principal e juros a vencer em única parcela em fevereiro de 2015.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Ana Maria Machado Fernandes**
Presidente

**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**
Vice-Presidente
**Agostinho Gonçalves Barreira**
Conselheiro

**Luiz Otavio Assis Henriques**
Conselheiro
**Miguel Dias Amaro**
Conselheiro

**Dante Segundo Pancini Pola**
Conselheiro
**Edson Wilson Bernardes França**
Conselheiro

## DIRETORIA

**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**
Diretor-Presidente

**Agostinho Gonçalves Barreira**
Diretor Vice-Presidente Executivo
**Fernado Saliba**
Diretor Técnico e de Ambiente

**Michel Nunes Itkes**
Diretor Comercial
**Carlos Yoshio Motoki**
Diretor Administrativo e de Sustentabilidade

**Carlos Emanuel Baptista Andrade**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
**Donato Silva Filho**
Diretor de Regulação

**Carlos Sérgio Salgueira Martins**
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

**Elisa Saeko Ishizaka Turci**
Gestora Operacional de Contabilidade Geral
Técnica - CRC 1SP137209/O-8 "S" ES

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
**Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa**
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

**Outros assuntos**

*Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

*Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
**Iara Pasian**
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3 S/ES

Deloitte.